



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GIOVANNA COSTA DE VASCONCELOS

**CINECLUBE E LEITURA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.006/2014 NO
PROJETO LÁ LI GIBI**

João Pessoa

2019

GIOVANNA COSTA DE VASCONCELOS

**CINECLUBE E LEITURA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.006/2014 NO
PROJETO LÁ LI GIBI**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba – UFPB como requisito para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia sob
orientação da Prof. Dr^a Judy Mauria Gueiros Rosas.

João Pessoa
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V331c Vasconcelos, Giovanna Costa de.
Cineclube e leitura: a implementação da Lei
13.006/2014 no Projeto Lá Li Gibi / Giovanna Costa de
Vasconcelos. - João Pessoa, 2019.
86 f.

Orientação: Judy Mauria Gueiros Rosas.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Cineclube. 2. Leitura. 3. Biblioteca. 4. Formação
de leitor. I. Rosas, Judy Mauria Gueiros. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 002(043.2)

GIOVANNA COSTA DE VASCONCELOS

**CINECLUBE E LEITURA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.006/2014 NO
PROJETO LÁ LI GIBI**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Data da aprovação: 16 / 05 / 2019

Banca examinadora



Prof. Dra. Judy Mauria Gueiros Rosas (Orientadora)

Prof. (Examinador)

Prof. (Examinador)

Ao meu irmão/amigo Cláudio (*in memoriam*)
que em sonhos, me sorri frequentemente; e
permanece sendo meu primeiro e melhor
pensamento de todas as alvoradas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Roseane e Neto, por toda inspiração de amor e respeito; por me fazerem acreditar no amor indivisível. Pelo exemplo de força e superação diárias. Pela prioridade na qual minha educação escolar sempre foi colocada, mesmo diante de tantas dificuldades. Por todas as batalhas que travamos para que chegássemos aqui. Agradeço pelo que Sou e me ensinaram a Serenar nesta vida.

Teço muitos agradecimentos à minha irmã Erika, que por debaixo da delicadeza aparente, é uma fortaleza e um símbolo de sabedoria que me incentiva a crescer.

À Jade, a companheira que compartilha sonhos de um futuro justo. Por me complementar. Por dividir a difícil tarefa de sobreviver às ameaças destes tempos sórdidos com as mulheres que amam. Por sermos, juntas, amor e resistência.

Agradeço à Judy Rosas por ser a maior e mais marcante professora de todo meu percurso educacional. Por insistir e acreditar que posso mais. Por toda amizade.

Agradeço aos meus avós, especialmente, à minha bisá Lourdes – que dedicou esforços para que minha educação fosse bem sucedida.

Às crianças que fazem parte da minha vida e me ensinam a melhorar.

Aos professores Wilson Aragão e Osvaldo Maia, por aceitarem o convite de participação nesta banca examinadora.

A todos os professores que me acompanharam da educação básica até a UFPB, por todos os tijolos fixados na construção da minha identidade docente.

A todos que compartilham o ideário de uma sociedade livre de todas as injustiças, livre do preconceito e da ignorância que devastam a humanidade.

“O Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho resulta do interesse em problematizar a leitura e os fatores que envolvem a formação de pessoas leitoras no Brasil. Isto posto, discorremos sobre as políticas de alfabetização desde o início do século XX até os dias atuais e questionamos o porquê de, mesmo após um século de tentativas de universalização da educação escolar no país, continuamos a viver sob a sombra de elevados índices de analfabetismo. Entendemos que a biblioteca é um instrumento mediador de situações de leitura e apresentamos indicadores que constata a pouca frequência das pessoas a este equipamento. Daí questionamos: como aproximar as pessoas das bibliotecas? Reagimos através da tentativa de desconstruir o ideário de que a biblioteca se limita ao seu espaço físico e exerce o papel de depósito de livros. Para tanto, destacamos a itinerância da Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN) e sua tentativa de estar nos lugares ocupados por pessoas não leitoras. Associamos o despertar do gosto pela leitura às expressões artísticas como a literatura (6ª arte), o cinema (7ª arte) e as Histórias em Quadrinhos (9ª arte), prognóstico que embasou a criação do projeto Lá Li Gibi. Diante das questões elencadas, problematizamos sobre a importância do cinema na escola (por meio da ação cineclubista) e a implementação da lei 13.006/2014 neste projeto. Tal lei orienta que escolas de educação básica de todo o país exibam, no mínimo, duas horas/mensais de filmes brasileiros. Entendemos, assim, que o acesso das maiorias populares à produção artístico-cultural brasileira por meio das propostas pedagógicas escolares fomenta a compreensão crítica da alfabetização, da leitura e da biblioteca, provocando, assim, a compreensão da realidade. Para tanto, o nosso objetivo geral é situar o problema da incipiência da leitura no Brasil. Especificamente objetivamos: I- Compreender os limites do processo do desenvolvimento do hábito da leitura no Brasil e o alcance das bibliotecas; II- Relacionar o alcance da ação cineclubista para a formação dos sujeitos leitores. Nossa pesquisa se baseou na perspectiva dialética Marxiana, em que os fenômenos da sociedade são transformados pelas ações dos homens e, portanto, somente eles, conscientizados, podem atuar para a superação das desigualdades sociais instauradas.

Palavras-chave: Cineclube; Leitura; Biblioteca

ABSTRACT

This work results from the interest in problematizing reading and the factors that involve the formation of readers in Brazil. That said, we discuss literacy policies from the beginning of the 20th century to the present day and we question why, even after a century of attempts to universalize school education in the country, we continue to live under the shadow of high illiteracy rates. We understand that the library is a mediator of reading situations and we present indicators that show that people are not very frequent with this equipment. Hence we asked: how to approach people from libraries? We react through the attempt to deconstruct the idea that the library is limited to its physical space and plays the role of depositing books. For that, we highlight the itinerary of the Popular Library Riacho do Navio (BPRN) and its attempt to be in the places occupied by non-readers. We associate the awakening of the taste for reading with artistic expressions such as literature (6th art), cinema (7th art) and Comics (9th art), a prognosis that supported the creation of the Lá Li Gibi project. Faced with the issues listed, we discussed the importance of cinema in school (through the action of the film) and the implementation of law 13.006 / 2014 in this project. This law directs schools of basic education throughout the country to exhibit at least two hours / month of Brazilian films. Thus, we understand that the access of popular majorities to Brazilian artistic and cultural production through school pedagogical proposals fosters the critical understanding of literacy, reading and the library, thus provoking an understanding of reality. Therefore, our general objective is to situate the problem of reading incipience in Brazil. Specifically we aim to: I- Understand the limits of the process of developing the habit of reading in Brazil and the reach of libraries; II - To relate the scope of the action filmmaker for the training of the subjects readers. Our reflection was based on the Marxian dialectical perspective, in which the phenomena of society are transformed by the actions of men and, therefore, only they, conscious, can act to overcome the established social inequalities.

Keywords: Cineclube; Reading; Library.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA	17
3. A INSIPIÊNCIA DA LEITURA E A POUCA FREQUÊNCIA ÀS BIBLIOTECAS NO BRASIL	18
<i>3.1. A BIBLIOTECA POPULAR RIACHO DO NAVIO E O INCENTIVO À LEITURA.....</i>	<i>27</i>
4. LÁ LI GIBI: UM PROJETO PARA FORJAR SUJEITOS LEITORES.....	29
5. A CONTRIBUIÇÃO DO CINEMA PARA A EDUCAÇÃO	69
<i>5.1. A LEI 13.006/2014.....</i>	<i>71</i>
<i>5.2. BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE CINECLUBISTA NO BRASIL</i>	<i>72</i>
<i>5.3. O CINECLUBE RIACHO DO NAVIO</i>	<i>74</i>
<i>5.4. A LEI 10.639/2003 PARA O INCENTIVO À CULTURA E À LEITURA</i>	<i>77</i>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
7. REFERÊNCIAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se pauta na preocupação em problematizar a questão da leitura no Brasil. Entendemos ser este problema não apenas teórico, mas também está relacionado à ineficiência das políticas que apontam para a formação do leitor.

Isto porque, as políticas de alfabetização deflagradas no Brasil a partir do século XX exigem o entendimento de um paradoxo: ao lado de tais políticas, observamos, ao mesmo tempo, a produção de pessoas analfabetas. Senão, vejamos o quantitativo de pessoas analfabetas absolutas com 15 anos e mais no Brasil, de acordo com os Censos Demográficos especificados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Número de Analfabetos Absolutos com 15 Anos e Mais e Taxa de Analfabetismo por Ano no Brasil¹

Ano	Analfabetos Absolutos	Taxa de Analfabetismo
1940	13.269.000	56,2%
1950	15.272.000	50,6%
1960	15.964.000	39,7%
1970	18.100.000	33,7%
1980	19.356.000	25,9%
1991	18.682.000	19,7%
2000	16.295.000	13,6%
2003	16.000.000	13%
2010	13.933.173	9,6%
2016	11.800.000	7,2%
2018	11.500.000	7%

Fontes: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000; 2010; 2016; 2018; PNAD/IBGE 2000, 2003; Mapa do Analfabetismo/INEP 2000; Anuário Estatístico do Brasil – 1939/1940.

Estas informações revelam a ineficiência da educação brasileira desde a primeira metade do século passado até o presente momento. Mesmo após oito décadas e a criação de várias políticas públicas, o quadro do analfabetismo permanece catastrófico.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traçou o crescimento populacional de acordo com os censos dos anos de 1940 até os anos 2000. Neste estudo foi constatado que a população cresceu quatro vezes no período, passando de 41,2 para

¹ Tabela retirada da tese intitulada “O analfabetismo na fase atual do capitalismo no Brasil” (ROSAS, 2008), editada e atualizada a partir do ano de 2010.

169,8 milhões de habitantes. Então, proporcionalmente, o analfabetismo reduziu de maneira considerável, mas insuficiente e sinalizadora para o fato de estar longe de ser erradicado.

Nas décadas de 1940 e 1950 os investimentos do governo em políticas educacionais alcançaram muitas cidades brasileiras com a universalização das matrículas em supletivos, as escolas radiofônicas e com as vagas direcionadas a pessoas com 15 anos e mais. Neste período foi formulada e implementada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), fundamental em um contexto no qual mais da metade da população nesta faixa etária era analfabeta absoluta.

Segundo Lourenço Filho (1965), citado por Romanelli (1989)

As classes de ensino supletivo e as de ensino complementar (pré-profissional e profissional) em conjunto chamaram à escola, em média, mais de 800 mil alunos (de mais de 14 anos) cada ano, por treze anos consecutivos (entre 1947 e 1959). Sendo duas séries escolares, ter-se-ia, pois, a cada ano, a matrícula de cerca de 400 mil novos alunos, e, por todo prazo de 1947 a 1959, a inscrição de 5,2 milhões de alunos novos. Observa-se que esse total veio a corresponder a um oitavo das pessoas de 15 anos ou mais, por ocasião do censo de 1960 (p.62).

Com esse excerto, notamos que a população, motivada pelo crescimento industrial e a expansão urbana da época, começava a reconhecer a escola e a alfabetização como medidas de crescimento. Vale destacar que os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela tentativa de instauração da proposição metodológica de alfabetização produzida por Paulo Freire, quando, diante do bem sucedido projeto realizado com trabalhadores da cidade de Angicos/RN, se tornou coordenador do Programa Nacional de Alfabetização. Este entraria em vigor em 1964, mas foi interrompido pela ditadura militar, que assumiu o governo naquele mesmo ano e perdurou até 1985.

Além da questão do analfabetismo absoluto no Brasil, pode-se afirmar que houve, a partir dos anos 1970, significativo crescimento no que se refere à oferta de vagas na escola pública, que é a rede que absorve a demanda da maioria expressiva de pessoas para frequentarem a educação escolar.

Quando inferimos ser a rede pública de ensino aquela que oferece majoritariamente o acesso da população à educação escolar, salta aos nossos olhos a necessidade de compreender a função do Estado na definição não só da oferta de vagas na escola, como das demais políticas sociais e econômicas.

Aqui, apontamos o Estado como agente responsável pela manutenção do controle, ao assentar às maiorias populares os padrões sociais e econômicos que longe estão de apontar para a superação das desigualdades em seus múltiplos âmbitos.

Sobre isto, Balça e Souza (2012) afirmam que,

O Estado é a instituição política encarregada de manter a ordem social por meio de ações que visam a resolver possíveis conflitos e situações que possam trazer algum tipo de insatisfação e problemas à sociedade. Tais ações promovidas pelo Estado são chamadas de políticas públicas (p.371).

Nesta perspectiva, mostramos na tabela 1 que, entre os anos de 1960 e 1980, o país reduziu o percentual de analfabetos, mas, em números absolutos, aumentou, o que deixou transparecer as incoerências daquele período histórico.

De 1980 a 1991 o Brasil vivenciou a mudança do regime ditatorial para uma transição que restituísse a democracia. Tendo como marco principal a formulação da Constituição Federal de 1988, que menciona a educação enquanto direito social inalienável e o Estado como maior responsável por sua garantia.

Entre os anos 2000 e 2018 a redução foi gradativa. Isto posto, ainda hoje percebemos a existência, não só de um grande contingente de pessoas analfabetas absolutas, mas também tantas outras subescolarizadas.

De acordo com Pompeu (2005), “de um lado, se encontra a pessoa portadora do direito à educação e, do outro, a obrigação estatal de prestá-la” (p.89). Portanto, embora os últimos vinte anos representem o momento em que o país mais avançou em políticas públicas, enquanto o analfabetismo não for erradicado e pessoas em idade escolar estiverem fora das escolas, viveremos uma crise social que reflete no agravamento das desigualdades.

Para fazermos ideia do que isto representa dentre o eleitorado brasileiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informa sobre o grau de instrução dos eleitores, como apresentamos na tabela a seguir.

TABELA 2 - Estatística do Eleitorado Brasileiro – Por Grau de Instrução

Grau de Instrução	Números Absolutos	Percentual
Analfabeto	6.574.110	4,4
Ensino Fundamental Completo	10.004.099	6,7
Ensino Fundamental Incompleto	37.903.095	75,6
Lê e Escreve	13.021.324	8,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral 2018

Nas últimas eleições, em 2018, o TSE informou que 147 milhões de pessoas formavam o público apto a votar, deste total, a maioria não concluiu o ensino fundamental e, para agravar, 6,5 milhões encontram-se na condição de analfabetas absolutas.

Além de percebermos um baixo nível de instrução de significativa parcela do eleitorado brasileiro, tal situação encontra efeito similar quando enfocamos a questão do uso da leitura no Brasil.

Talvez, aparentemente, a questão da leitura no Brasil possa ser explicada pela abordagem do quantitativo de pessoas subescolarizadas no Brasil. Entretanto, tal fenômeno é muito mais amplo, apesar da sua correspondência com a questão da subescolarização.

Isto é, acrescentamos o quanto nos alarma o fato de pesquisas que tentam situar a questão da leitura apontarem para o drama de que o Brasil, de modo geral, é um país formado por pessoas não leitoras.

À vista disso, situamos a importância da formulação e implementação de políticas para a formação de pessoas leitoras como dispositivo que vai além do formato de alfabetização proposto para as escolas e, assim, serve como suporte para mudanças no comportamento das pessoas frente ao que o universo da leitura possa revelar.

Dizemos isto porque consideramos que o gosto pela leitura estimula a imaginação, proporciona a criação intelectual de cenários possíveis que auxiliem o enfrentamento de problemas experimentados ao longo da vida.

De acordo com pesquisas sobre o uso e gosto pela leitura, o Brasil apresenta indicadores preocupantes. Também deve provocar espanto o fato de, no Brasil, termos alcançado praticamente a universalização de acesso à escola, sem, no entanto, garantir que os estudantes, mesmo ao aprenderem a ler não tenham aprendido a gostar de ler.

Tal problema reclama que nos debruçemos sobre o processo de letramento que deveria se efetivar na experiência de escolarização. Ao tratarmos do letramento, concordamos com Soares (1998) quando afirma que,

Um indivíduo alfabetizado não é, necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, não é só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (p.40).

Desde a antiguidade homens e mulheres resolveram juntar em um mesmo ambiente todo o conhecimento e expressões literárias produzidas em cada tempo. Este espaço recebeu o nome de biblioteca. Hoje, nós concordamos com Canônica (2016) e acreditamos que a biblioteca precisa ser viva e não apenas disponibilizar obras bibliográficas, numa sociedade que, reiteramos, não desenvolveu o gosto e o costume de ler. É a biblioteca um instrumento de disseminação de conhecimento e informação, de acesso à cultura e estimuladora de convivências (CANÔNICA, 2017).

É certo que no Brasil a questão da biblioteca nem sempre foi merecedora de relevância. Tecemos tal consideração porque até menos de 100 atrás, poucas eram as bibliotecas e muitas eram as pessoas analfabetas e que tinham acesso ao processo de educação escolar.

Presentemente, o processo de universalização do acesso à escola é um fenômeno indubitável, mas as bibliotecas ainda são em pouco número. Mais grave é o fato de que a biblioteca no Brasil ser pouco frequentada.

De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – em estudo realizado com a finalidade de favorecer as políticas culturais e educacionais no ano de 2015 – o Brasil possuía 6.057 bibliotecas públicas. Deste total, 1.844 bibliotecas situavam-se na Região Nordeste. Na Paraíba, no ano em tela, havia 213, em Alagoas, 112 e em Pernambuco, contavam 194.

Daí questionarmos: como aproximar as pessoas das bibliotecas? Como torná-las usuárias deste equipamento?

Provavelmente, se associarmos o processo de ensino da leitura e o gosto por expressões artísticas como a literatura (6ª arte), o cinema (7ª arte) e as Histórias em Quadrinhos (9º arte), talvez encontremos algumas pistas que tornem possível ao alfabetizar, também garantir o prazer de ler.

Este, portanto, é o pano de fundo sobre o qual se erigiu a criação do projeto Lá Li Gibi, que passamos a historiar resumidamente. Bem quando, do ano de 2014 até o ano de 2018, uma docente do Centro de Educação (CE) se juntou a alunos do curso de Pedagogia e de outras licenciaturas e desenvolveu projetos com a finalidade de promover efetivas ações de leitura e aumentar a frequência às bibliotecas.

Cientes da importância da biblioteca para a formação de pessoas leitoras, fundamos, em 2013, numa casa localizada no município de Piranhas, em Alagoas, a Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN).

Após esta fundação foi formulado e devidamente cadastrado em instâncias (departamental e Pró-Reitoria de Extensão) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o então denominado projeto ‘Catalogação do Acervo da Biblioteca Popular Riacho do Navio’. Tal projeto foi o momento inicial de organização de uma biblioteca, cuja existência foi condição para a formulação e execução, a partir do ano de 2014, do projeto Lá Li Gibi.

O projeto Lá Li Gibi, de início, desenvolvia-se através da oferta de obras, especialmente Histórias em Quadrinhos (HQs), em espaços populares das cidades de João Pessoa e Piranhas. Posteriormente, estabelecemos relações com as gestões de escolas públicas destes municípios

e, dentro destas escolas, inauguramos novas atividades de estímulo à leitura, dentre as quais destacamos a ação cineclubista.

Buscamos elementos teóricos e dispositivos legais que compusessem um melhor entendimento para que o nosso trabalho fosse de boa qualidade. Aqui, merece destaque a Lei Nº 13.006/2014, que prevê a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica brasileiras. Esta lei tem como antecedente o Projeto de Lei Nº 185 do ano de 2008, que apontava para a exibição de filmes nacionais como componente curricular complementar à proposta pedagógica das escolas.

De fato, o cinema, além de seu caráter educativo, contribui para que os alunos vejam as suas realidades de forma exteriorizada porque propicia a formulação de crítica e ao mesmo tempo estimula a criação de alternativas para a superação dos impasses, dificuldades e problemas que enfrentam nos múltiplos aspectos da vida. Ou seja, o cinema não só é ferramenta auxiliar no trabalho de transmissão dos conteúdos escolares, mas também é fonte de problematização da realidade.

Com a perspectiva de desconstruir o estigma de que a biblioteca se limita ao seu espaço físico e exerce a função de ‘depósito’ de livros, a BPRN adotou o perfil itinerante e circulou, com o seu acervo, por diversos espaços de cidades dos estados da Paraíba, Alagoas e posteriormente, Pernambuco.

Nos lugares alcançados, invariavelmente, percebemos a necessidade de acesso do público ao usufruto dos bens culturais e da arte como elementos podem apontar caminhos que tenham como perspectiva a redução das desigualdades de acesso à informação e a ampliação da compreensão da realidade, condições necessárias à inauguração de processos que tenham a real democratização da sociedade em todos os seus âmbitos como horizonte.

Acompanhamos as palavras de Freire (1989) quando afirma que “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (p.11). Portanto, ao pôr em prática o projeto Lá Li Gibi instituímos atividades e estratégias para aprimorar o olhar das pessoas sobre a realidade e incentivar o acesso a diversos gêneros textuais, através de livros, cordéis, poemas, poesias, músicas e outros recursos que contribuíram para fomentar a descoberta do prazer que há em ler.

Como afirmado anteriormente, o fato de levarmos o projeto a muitos lugares implicou em fornecer um caráter itinerante à Biblioteca Popular Riacho do Navio. Dizemos isso porque defendemos que uma biblioteca para funcionar plenamente deve ser povoada por leitores e, se os leitores não vão até a biblioteca, a biblioteca precisa ir aos lugares em que se encontram as

peças não leitoras, que são, no nosso entendimento, os potenciais leitores que queremos formar.

Portanto, a BPRN levou o seu acervo de aproximadamente 700 gibis e 3.000 obras literárias para espaços escolares e não escolares. Fazendo com que a biblioteca passasse a ser mediadora de vivências que alcançou públicos com características distintas.

Tanto nos espaços públicos e comunitários, quanto dentro das escolas, unindo-nos, quando possível, a outras bibliotecas, conseguimos criticar, na prática, a concepção vigente da leitura como algo enfadonho e desinteressante.

Entretanto, longe está de ser leviana esta afirmação, que poderá, ao longo do nosso trabalho, ser demonstrada quando apresentarmos o nível de adesão das pessoas às atividades que propusemos durante a execução do projeto Lá Li Gibi.

Deste modo, à luz destas questões elencadas, problematizamos acerca da importância do cinema - por meio do cineclube - para a promoção do sujeito leitor.

Para tanto, o nosso objetivo geral é situar o problema da insipiente da leitura no Brasil. Especificamente objetivamos: I- Compreender os limites do processo do desenvolvimento do hábito da leitura no Brasil e o alcance das bibliotecas; II- Relacionar o alcance da ação cineclubista para a formação dos sujeitos leitores.

Assim, a seção, 3 intitulada “A insipiente da leitura e o vazio das bibliotecas no Brasil” abordaremos aspectos relacionados ao fato de que no Brasil, ainda hoje, a prática da leitura não foi suficientemente disseminada. Na seção 4, que denominamos “Lá li gíbi: um projeto para forjar sujeitos leitores” situaremos o projeto Lá Li Gibi e sua atuação para a promoção do gosto pela leitura. Na seção 5, “A contribuição do cinema para a educação”, destacaremos a experiência da implementação do cinema na escola como recurso difusor de práticas educacionais capazes de inserir os sujeitos em situações de leitura – da palavra e do mundo – e engendrar novos papéis sociais.

A seguir, apresentamos a perspectiva metodológica que orientou a nossa reflexão/investigação baseada na pesquisa experimental, na qual, segundo Kerlinger (1980, p. 127), “as situações experimentais são flexíveis no sentido de que muitos e variados aspectos da teoria podem ser testados” e demonstrados por meio de dados e resultados apresentados.

2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Escolhemos iniciar esta seção da nossa investigação assumindo que toda a nossa reflexão se pautou na perspectiva dialética. Mas não a dialética da tradição hegeliana, que assevera ser o conhecimento um atributo de quem dele se apropria e, por conseguinte, se satisfaz com o saber que possui: contemplativo e egoísta.

Esta afirmação ganha fundamento na crítica Marxiana à tradição da filosofia alemã que, para ele, tem “interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1981, p.106).

Isto é, a filosofia se coloca à nossa disposição como um instrumento intelectual que nos auxilia a ir além do real aparente, procedendo a um movimento de retirar as ‘sombras’, as visões pré-concebidas e superficiais para que a verdade se revele e, se revelando a nós, sujeitos produtos e produtores da realidade, torne possível imprimir as mudanças que a nossa incessante busca pela felicidade (que compreendemos como emancipação humana).

Portanto, o ponto de partida da nossa problematização do real vai além de seu imediatismo, pois, ao problematizá-lo, ele (o real) é elevado à condição de objeto de pensamento. É este o sentido que Marx fornece ao objeto de conhecimento (o problema), que “é dado, tanto na realidade como no cérebro” (MARX, 1983, p. 224).

Em outros termos podemos admitir que o problema da insipiência da leitura, o problema da não frequência das pessoas às bibliotecas e mesmo o problema do acesso e usufruto dos bens artísticos e culturais produzidos na sociedade, como, por exemplo, o cinema, precisam ser enfrentados, compreendidos, e com isto, é necessário que sejam inauguradas ações que apontem para processos que superem as desigualdades instaladas na sociedade dos iguais perante a lei, como preconiza o ideário liberal.

Até porque, entendemos que o critério da verdade é a prática enquanto ação transformadora da realidade. De acordo com Freire (1997) “é pensando a prática que aprendo a pensar e a praticar melhor” (p.70). E esta é a ideia que nos move.

Presentemente, tornar uma prática pensada e um pensamento praticado numa investigação nos leva ao reencontro com aquilo que estudamos ao longo do curso e que nos é tão caro: a compreensão da importância de ser educadora, cuja prática deve ser alçada à condição de práxis política e pedagógica.

3. A INSIPIÊNCIA DA LEITURA E A POUCA FREQUÊNCIA ÀS BIBLIOTECAS NO BRASIL.

Ao discorrer sobre o objetivo principal que dá escopo ao trabalho, buscamos sistematizar o conjunto de políticas de fomento à leitura e funcionamento das bibliotecas no Brasil. Sendo assim, continuamos a alimentar o campo teórico relacionando a experiência de ensino, pesquisa e extensão que delinearam nossa pesquisa.

Para situar o fenômeno da leitura e o papel que a biblioteca pode exercer para a formação de sujeitos leitores é necessário conferir um olhar histórico perante a alfabetização no Brasil. De acordo com Freire (1989), “a compreensão crítica da alfabetização, que envolve a compreensão igualmente crítica da leitura, demanda a compreensão crítica da biblioteca” (p.22); logo, não cabe à problemática a dissociabilidade da discussão.

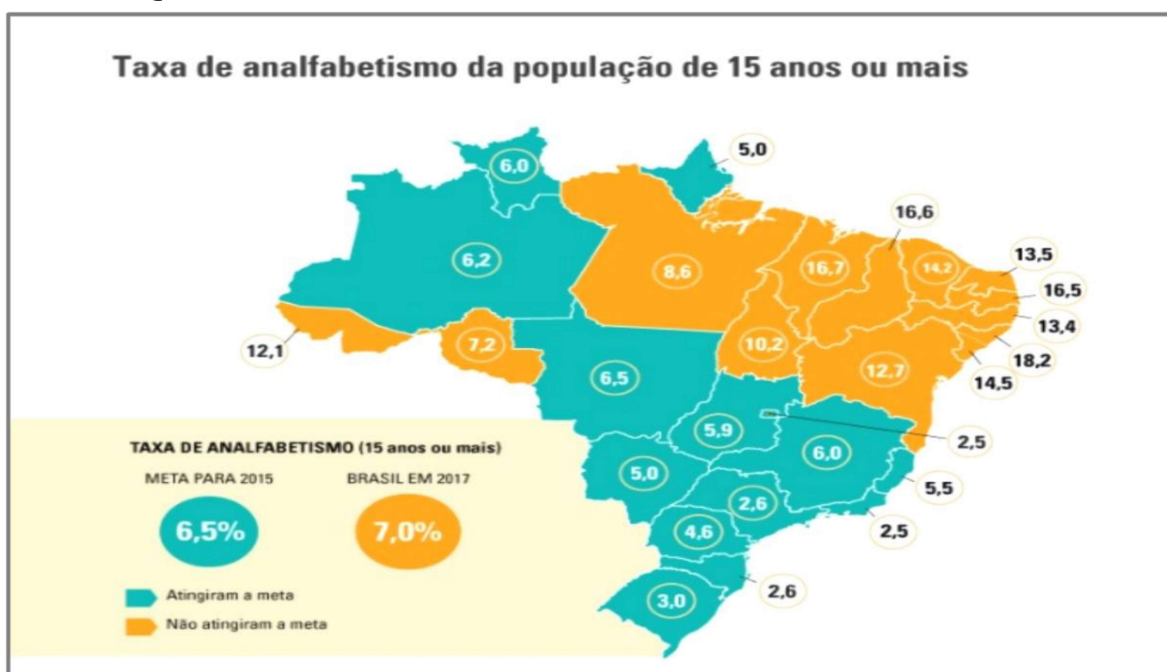
Rosas (2015) descreve que

Uma das importantes bandeiras cunhadas nos anos 1500 foi, sem dúvida, a ideia de ‘educação para todos’. Naquele momento, mesmo sem ser uma unanimidade, já se fazia perceber a importância da educação e a necessidade de criar possibilidades para que homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, pelo menos, se alfabetizassem (p.1).

Após cinco séculos desde as primeiras iniciativas para alfabetização da população brasileira, ainda convivemos com preocupantes índices de analfabetismo no país.

Como revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) publicada em 2018, a taxa de analfabetismo atinge 7% da população com 15 anos ou mais, na qual representa um contingente de 11,5 milhões de pessoas. Apesar da diminuição em relação à pesquisa publicada no ano de 2016, o percentual foi estimado em 7,2%, cerca de 11,8 milhões, uma diminuição de quase 300 mil pessoas. A redução não obteve o índice estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) ainda em 2015, que estipulava uma redução para 6,5%, como exhibe o quadro a seguir.

QUADRO 1 – VISÃO GERAL DO ANALFABETISMO NO BRASIL



Fonte: IBGE – PNAD Contínua – Educação / 2017.

Abaixo mostramos outros dois grupos de pessoas com 15 anos ou mais, que possuem diferenças discrepantes nos índices de analfabetismo.

QUADRO 2 – TAXA DE ANALFABETISMO ENTRE HOMENS E MULHERES E ENTRE A POPULAÇÃO PRETA/PARDA E BRANCA

	2016	2017	
Homem	7,4%	7,1%	 
Mulher	7,0%	6,8%	
Branca	4,2%	4,0%	
Preta ou parda	9,9%	9,3%	

Fonte: PNAD Contínua – Educação / 2017.

O quadro mostra a disparidade entre as pessoas pretas e pardas em relação às brancas, assim como entre homens e mulheres, indicando os índices alarmantes de pessoas que não sabem ler nem escrever e, sobretudo, das desigualdades que colocam a população negra e as mulheres em condições sociais inferiores.

No panorama geral da pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que o grupo majoritário de analfabetos é constituído por pessoas idosas pertencentes às classes sociais consideradas subalternas, quando este atinge 19,3%.

Inferimos, portanto, que o analfabetismo é uma expressão da multifacetada da luta de classes (ROSAS, 2008). E o papel da educação, como esfera de reprodução dos papéis, dos lugares e das funções que sujeitos desiguais exprimem a vida, é fundamental.

O levantamento feito pelo IBGE mostra, ainda, que das vinte e sete unidades federativas, apenas quatorze alcançaram a meta estabelecida pelo PNE para redução do analfabetismo. A região Nordeste registrou a maior taxa de analfabetismo, chegando a 14,5%. No Norte e Centro-Oeste, as taxas atingiram, respectivamente, 8,0% e 5,2%. As regiões Sul e Sudeste ficaram em 3,5%, registrando, assim, os menores índices. Em declaração à Revista Nova Escola em agosto de 2018, Diana Paula de Souza, Coordenadora de Comunicação Social do IBGE, informou que “as diferenças etárias, regionais e raciais nesses índices são reflexos das desigualdades sociais na estrutura histórica brasileira” (SOUZA, 2018).

Diante deste cenário, vale rememorar que o processo de ampliação da oferta de vagas em escolas públicas de educação básica surgiu a partir da década de 1970, quando, no Brasil, se instaurara a ditadura civil-militar e a execução de um projeto educacional antidemocrático, no qual impôs à escola a condição de principal aparelho para a reprodução do ideário ditatorial. Como consequência deste formato de educação repressiva, em entrevista concedida à Revista Carta Capital, Souza (2014) enfatiza que “o controle político e ideológico permanece nas mentes e nos corpos”. Complementarmente, Sader (2014) alega que:

O conjunto das medidas teve um efeito devastador sobre o papel da educação na socialização dos jovens (...) A interferência do regime resultou na falta de qualidade, de formação docente e de métodos de ensino e na deterioração das condições materiais (n.p).

Ao refletirmos sobre essa questão, associamos à consideração de Mészáros (2005) quando aponta para os impactos das ações do Estado sobre educação e a necessidade iminente de soluções essenciais à sua reestruturação ao informar que

O sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (...) A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao

propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver outra alternativa à gestão da sociedade (p 35).

Assim sendo, consideramos evidente que as desigualdades sociais – fenômeno categórico para a configuração do quadro de analfabetismo no Brasil – representam o modelo de Estado aplicado propositalmente por meio de políticas ineficazes, segregadoras e desumanas. Sobre isso, Freire (1989) esclarece que,

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. Neste sentido é que todo partido político é sempre educador e, como tal, sua proposta política vai ganhando carne ou não na relação entre os atos de denunciar e anunciar (p.23).

Diante do exposto, inferimos que algo unifica as pessoas analfabetas: elas pertencem às camadas subalternizadas da sociedade. Além disso, chama atenção o fato de que mais de 10 milhões de pessoas brasileiras, em pleno século XXI, ainda não alcançaram uma conquista cunhada no período iluminista. Dizemos isso para destacar que “educação para todos” e, conseqüentemente, a alfabetização de todos, é uma bandeira pré-capitalista, até hoje negada às pessoas mais pobres.

Sobre esta questão, Comenius (2002), em sua proposta de educação para todos, afirmou que,

Todos devem ser educados para uma cultura não vistosa, mas verdadeira, não superficial mas sólida, de tal sorte que o homem, como animal racional, seja guiado por sua própria razão e não pela de outrem e se habitue não só a ler e a entender nos livros as opiniões alheias e a guardá-las de cor e as recitá-las, mas a penetrar por si mesmo na raiz das coisas e delas extrair autêntico conhecimento e utilidade (p.109).

Nesta perspectiva, reconhecemos a natureza civilizatória embutida no ser alfabetizado e a importância das ações que estimulam o desenvolvimento do hábito da leitura, cujos índices, segundo pesquisas, são baixos e, portanto, insuficientes para que “os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980, p.26).

De modo semelhante à discussão da alfabetização frisamos a questão da leitura. Para isso, buscamos dados divulgados na 4ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro.

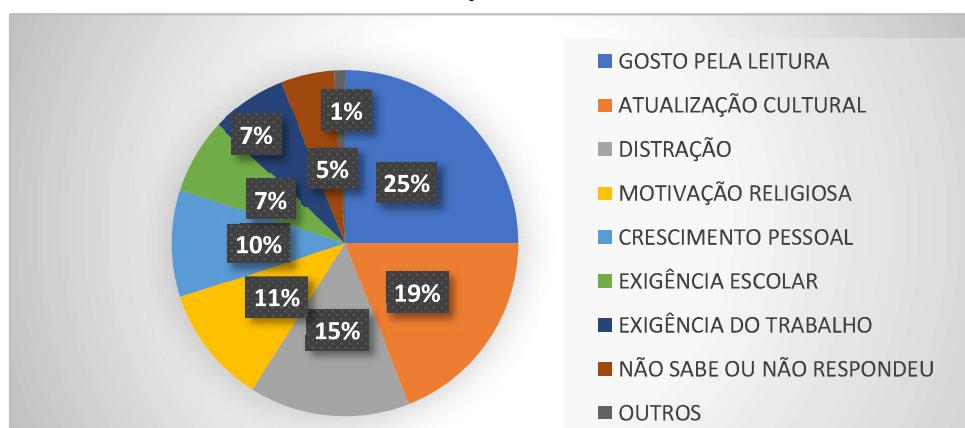
Segundo a pesquisa, a pessoa considerada leitora é caracterizada pela leitura de um livro, no mínimo, trimensalmente. O não leitor é aquele que assumiu não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

Para Pereira (2016), organizador da pesquisa,

Difundir o hábito de ler entre a população brasileira pode e deve ser visto sob um espectro muito mais amplo, e as consequências dessa manutenção serão visivelmente mais transformadoras, na qualidade de cidadania, de experiência e de bagagem cultural obtidas. Citando Mindlin: ‘Não basta alfabetizar, é preciso ensinar a ler’. A leitura é transformadora (n.p).

No Brasil, como indica o estudo acima mencionado, as principais motivações para ler um livro, entre os que se consideram leitores, são: gosto, atualização cultural ou distração, motivos religiosos, crescimento pessoal, exigência escolar, atualização profissional ou exigência do trabalho. Dentre o público indicativo, adolescentes entre 11 e 13 anos são os que mais leem por gosto, seguidos por crianças de 5 a 10 anos, como mostra o gráfico abaixo:

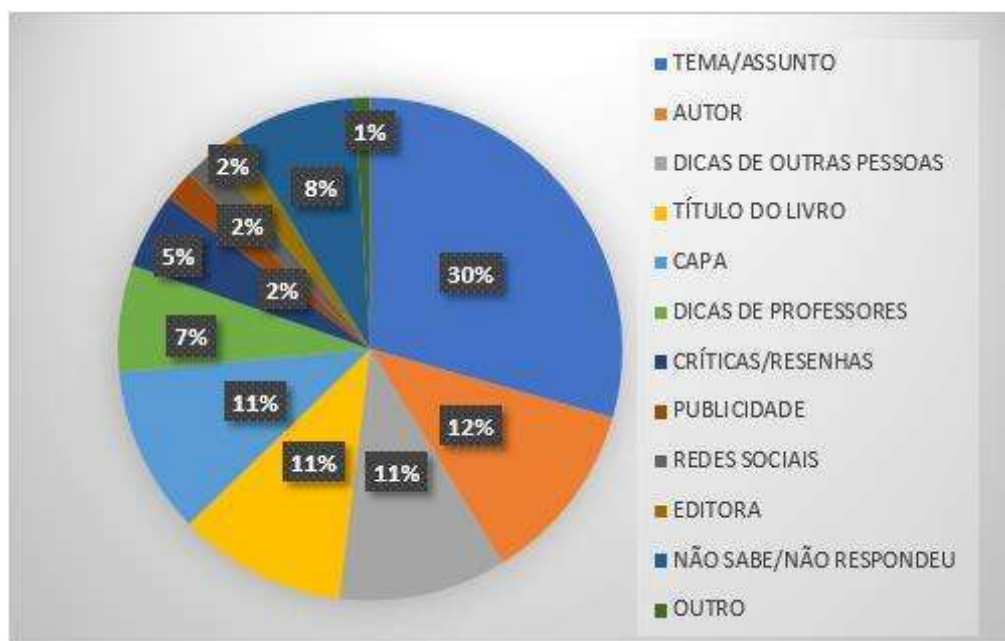
GRÁFICO 1 – MOTIVAÇÕES PARA LER UM LIVRO.



Fonte: Instituto Pró-Livro / 2016.

Ainda segundo a pesquisa, os elementos que mais exercem influência sobre a escolha dos livros são:

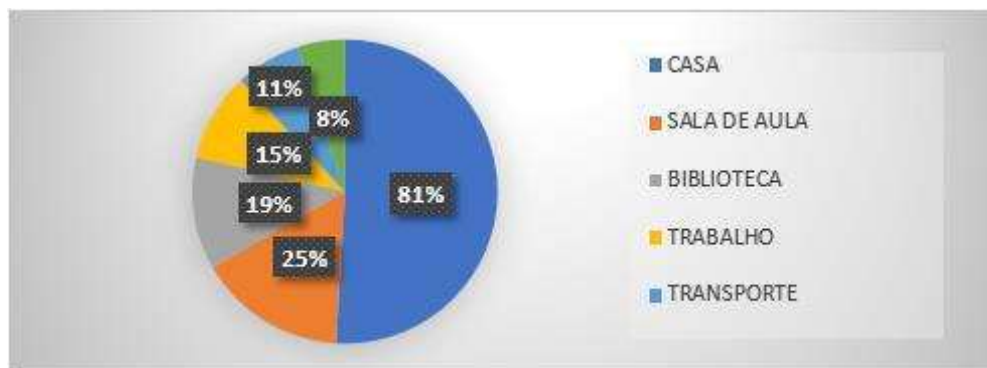
GRÁFICO 2 – FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DE UM LIVRO.



O critério "tema/assunto", correspondente ao fator que mais influencia na escolha de um livro, é representado, majoritariamente, por pessoas adultas em que 45% possui nível superior. Para o público entre 5 e 13 anos de idade, o maior influenciador é a "capa" das obras. Já os 7% influenciados pelas "dicas dos professores" são crianças de 5 a 10 anos de idades. Embora a geração esteja constantemente conectada às redes sociais, este fator atinge, apenas, 2% dos entrevistados. E os *blogs* têm menos de 1% de influência.

Abaixo, no Gráfico 3, a pesquisa informa acerca dos locais preferidos para se ler um livro.

GRÁFICO 3 – LOCAIS PREFERIDOS PARA SE LER UM LIVRO.

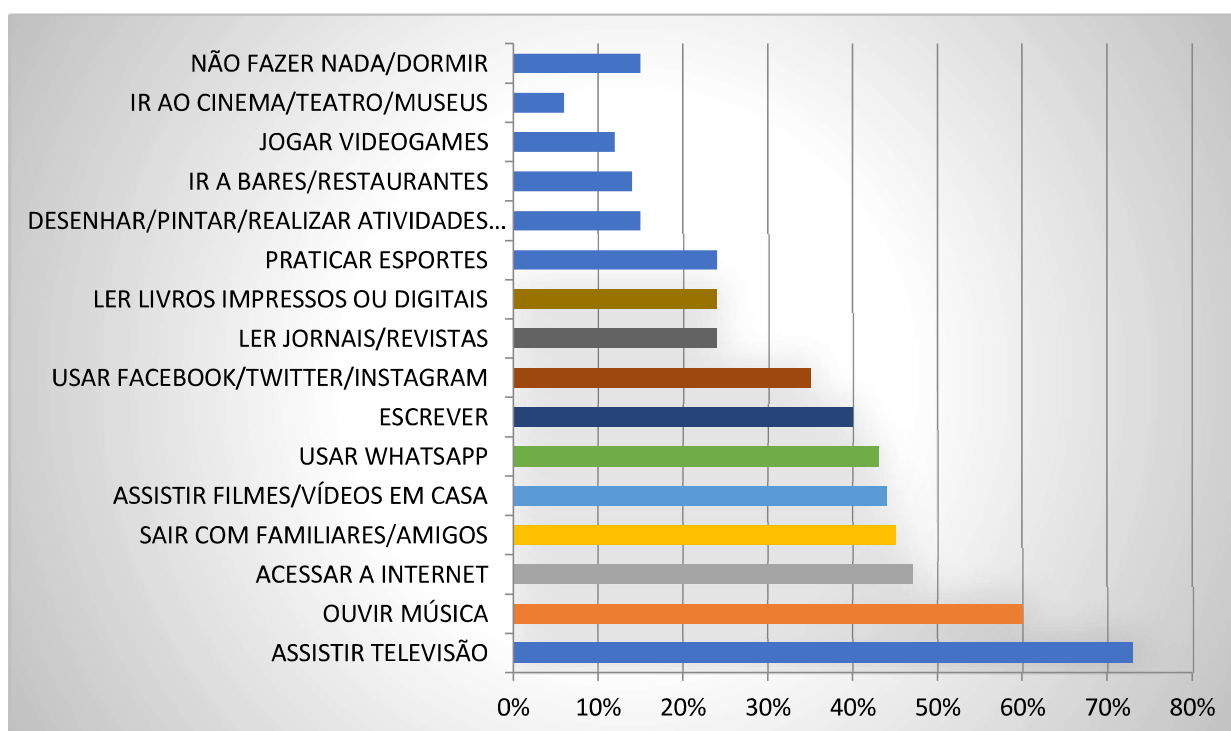


Fonte: Instituto Pró-Livro / 2016.

A pesquisa fornece um panorama resumido acerca dos locais onde mais se pratica a leitura. De acordo com os entrevistados, dentre os locais em que o público se sente mais à vontade para praticar a leitura, o lar ficou em 1º lugar. A sala de aula é o 2º ambiente onde mais se lê no Brasil e a biblioteca, surpreendentemente, apesar de ser pouco frequentada por maior parte da população, é o 3º local preferido dos leitores.

Por fim, demonstramos, por meio do próximo gráfico, a colocação da leitura e atividades mais praticadas no tempo no tempo livre.

GRÁFICO 4 – ATIVIDADES MAIS PRATICADAS NO TEMPO LIVRE.



Fonte: Instituto Pró-Livro / 2016.

Neste último mostramos que a leitura ocupa a 10ª posição na lista das atividades que as pessoas mais fazem durante o tempo livre. No topo da lista está “assistir televisão” (73%), seguida por “ouvir música” (60%) e “acessar a internet” (47%) sem uma finalidade específica. A pesquisa informa, ainda, que desenhar, pintar, fazer trabalhos manuais, ir a bares, restaurantes e cinemas, respectivamente, são algumas atividades que perdem para a leitura de livros.

Tal diagnóstico não pode ser considerado suficiente para promover as transformações e os avanços sociais que pretendemos, mas é imprescindível para a identificação dos déficits de leitura. Estimular o gostar de ler no país em que o analfabetismo possui índices absurdamente elevados e competir com os recursos de comunicação digital é um grande desafio.

Hilla (2009) sugere que, reconhecer e dar sentido às mudanças comportamentais de uma geração fascinada pelo universo virtual e sua facilidade de acesso aos dispositivos móveis pode favorecer as

Capacidades de leitura e de escrita necessárias para a participação efetiva do indivíduo num mundo multissemiótico, no qual há necessidades de leitores não apenas do texto verbal, mas de textos que trazem múltiplos sistemas de linguagem (verbal, visual, audiovisual, gestual) (p.7).

Portanto, por ser a biblioteca o 3º lugar mais utilizado para leitura, segundo dados apresentados acima, decidimos resgatar a sua função de aparelho difusor de leitura, cultura, lazer, e demonstrar, utilizando as palavras de Canônica (2017) que,

Enquanto os políticos continuam dando as costas para as bibliotecas a população abraça. Em tempos de caos ter acesso às letras para saber escolher a frase que nos move para a marcha de um país mais digno é fundamental. A minha eu brando aos quatro ventos: 'Um por todos e todos por um Brasil de leitores!' (CANÔNICA, 2017).

3.1. A BIBLIOTECA POPULAR RIACHO DO NAVIO E O INCENTIVO À LEITURA

A Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN), com seu caráter itinerante, se propõe a cooperar para a superação dos indicadores de leitura e escrita das crianças, jovens e adultos. Tem como objetivo principal compartilhar conhecimentos e promover ações artístico-culturais de incentivo à leitura.

De acordo com Bernardino e Sualden (2011),

Quando dizemos que o papel social da biblioteca pública está no acesso e disponibilidade à informação, traçamos claramente um objetivo crucial dessas instituições, ele poderá ser alcançado através de projetos culturais que visem à disseminação da leitura. Um dos serviços da Biblioteca Pública perante a sua comunidade é a introdução de projetos culturais, atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários. A realização de projetos culturais de leitura em bibliotecas já faz parte do leque de atividades destas e coincidem quanto ao objetivo principal, que é incentivar a leitura e a cultura na comunidade (p.31).

Então, segundo esta premissa, a BPRN cumpre sua função social. Ao consolidar a leitura como atividade efetiva da biblioteca, a contribuição para a formação de leitores representa o êxito maior desta instituição, tendo em vista que ao sujeito leitor é assegurado o poder de fantasiar, viajar e compreender singularidades da vida real.



Acervo BPRN / 2016

Para Miranda (1978),

A biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Consequentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios (p.69).

Soares (1991) informa que a leitura proporciona benefícios “óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e de prazer, de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação” (n.p).

Concordamos com a afirmação de Cesarino (2007, p.11) as quando insinua que “bibliotecas são instituições muito antigas que sobrevivem há anos, adaptando-se às diversas mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Essa sobrevivência, por si só, já é suficiente para provar que cabe à biblioteca uma função muito importante na sociedade”.

Portanto, além do caráter tradicional de informar, dispor de livros e outros suportes textuais, a biblioteca, por estimular a leitura para usufruto de caráter social, auxilia nas etapas da alfabetização e do fortalecimento da cultura.

4. LÁ LI GIBI: UM PROJETO PARA FORJAR SUJEITOS LEITORES

“Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos”.

(João Cabral de Melo Neto – ‘Tecendo a manhã’)

O presente capítulo objetiva apresentar aspectos relacionados à execução do projeto Lá Li Gibi, os redirecionamentos e adequações de suas proposições, ao mesmo tempo em que delimitamos o momento da introdução de ações cineclubistas e o seu alcance na perspectiva de consolidar o reconhecimento da leitura e da escrita como práticas prazerosas e necessárias.

Reafirmamos que o projeto Lá Li Gibi foi executado entre os anos de 2014 e 2018. Porém, antes mesmo da sua formulação inicial, a preocupação da coordenadora do projeto com a questão do analfabetismo e a insipiência da leitura no Brasil propiciou a fundação, no ano de 2013, da Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN).

Tal biblioteca, com sede física no município de Piranhas, localizado no sertão do estado de Alagoas, onde a coordenadora possui uma casa e que, naquela época, passava até um ano inteiro de portas fechadas, foi fundada quando esta se deu conta da existência de expressivo contingente de pessoas analfabetas absolutas e outras tantas subescolarizadas. Esta constatação se deu, dentre outras fontes, a partir da observação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, que apontava estarem 37% dos seus habitantes com 15 anos e mais na condição de analfabetos absolutos (BRASIL, 2011).

Assim, para fazer funcionar a BPRN, em primeiro lugar, foi deflagrada uma ampla campanha de arrecadação de livros entre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da

Paraíba. Enquanto as obras eram doadas, um grupo de estudantes dos cursos de Pedagogia e de Letras desta instituição de educação superior passou a estudar aspectos relacionados à organização de acervos e ao papel e o impacto de bibliotecas com vistas a minorar e/ou superar os indicadores de insipiência de leitura e insucesso escolar sobre os quais tratamos no capítulo anterior.



Discentes da UFPB organizando acervo na BPRN/ 2013

Tais procedimentos se fizeram necessários, especialmente pelo entendimento de que uma prática só pode ser alçada a tal condição se nela estiverem incluídos os saberes que a justificam e explicam. É neste sentido que Freire (1997) indica que para que as nossas ações alcancem a condição de prática é necessário construir a “consciência do próprio fazer sobre o mundo”. Ou seja, para o autor em tela “não haveria prática, mas puro mexer no mundo se quem, mexendo no mundo, não se tivesse tornado capaz ele ir sabendo o que fazia ao mexer no mundo e para que mexia” (FREIRE, 1997, p.68).

E esta perspectiva filosófica deu a direção do projeto catalogação e dos projetos que foram desencadeados nos anos seguintes. A todo tempo procuramos compreender o que fazíamos, bem como entendemos a importância do planejamento das nossas ações, ao antecipar o que objetivávamos. Estes procedimentos nos deram segurança para fazermos a crítica da nossa proposta e, a partir desta, buscar os possíveis caminhos para a prática educativa consequente e inclusiva.

LÁ LI GIBI/ 2014

Entramos no ano de 2014 com significativa parte das obras devidamente catalogadas e, portanto, com a Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN) pronta para entrar em funcionamento.

Porém, alguns impasses se impuseram às nossas expectativas. O primeiro consistia em solucionar a dificuldade de manter a biblioteca funcionando plenamente naquela localidade que dista de João Pessoa (cidade onde então residiam coordenadora e discentes envolvidos na fundação de BPRN) cerca de 580 km. O segundo impasse dizia respeito à própria concepção de biblioteca que deveríamos viabilizar. Isto porque observamos que apesar de existirem poucas bibliotecas no Brasil, ainda assim elas contavam (e ainda contam) com baixa frequência de pessoas que as visitem. Ilustrativo é o fato de que, em 2013, segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, havia no Brasil, em média, uma biblioteca para 33 mil habitantes (SNBP, 2014).

Neste sentido, delineou-se uma concepção de biblioteca que deveríamos produzir. No entender de Rosas (2014), a coordenadora do projeto,

Uma biblioteca não pode ser entendida na sua imediatidade de dispor de acervo para que pessoas utilizem. Ela é, na verdade, um espaço de trocas de saberes, de produção de hábito da leitura, de acesso ao conhecimento, realização de atividades culturais, artísticas, pedagógicas, de capacitação. É, portanto, um local que visa a valorização das pessoas em seus saberes e valores. Diante disso, é a própria biblioteca uma ferramenta disponível a todas as pessoas que a ela recorram. Isto, no entanto, não significa a posição de estar à espera de quem a utilize, mas que vá ao encontro dos seus potenciais usuários.

Esta foi, portanto, a solução do impasse apresentado e, ao mesmo tempo, o elemento norteador para a formulação do projeto de extensão Lá Li Gibi, aprovado no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2014.

Durante o processo de organização da BPRN e de concomitantes estudos sobre o problema da leitura, algumas questões se destacaram como merecedoras de atenção especial. Inicialmente nos questionamos sobre os textos que, no nosso projeto, deflagrariam o longo processo de desenvolvimento do gosto pela leitura. Questionamos os textos contidos nos livros didáticos, principalmente aqueles relacionados aos anos do ensino fundamental que compunham o então denominado ‘ciclo de alfabetização’ (1º ao 3º anos).

Pela experiência direta como estudantes que passamos por este nível de escolarização e pela observação dos livros didáticos, concluímos que um fator de significativa dificuldade para estimular a leitura de iniciantes era o tamanho dos textos. Questionamos sobre se não tornaria mais ameno o processo de alfabetização e de letramento que incluísse o apelo visual próprio às histórias em quadrinhos. Definimos, portanto, que os gibis (nome dado às histórias em quadrinhos no Brasil) seriam um atrativo inicial, um ‘convite’ aos leitores iniciantes, adultos, jovens e crianças, para realizar as suas primeiras imersões no mundo da leitura.

A denominação do projeto, portanto, desde a sua primeira versão, formulada em 2014, já punha em destaque a proposição central: Lá – em qualquer lugar; Li – flexão do verbo ler; Gibi – histórias em quadrinhos (HQ).

De acordo com o projeto, a leitura não poderia permanecer restrita ao ambiente escolar. Pois, se é a leitura uma atividade prazerosa, deveria acontecer em qualquer lugar ou situação. Este posicionamento implicava, portanto, um movimento da prática da leitura ir além dos muros escolares, ser ‘desescolarizada’.

Além desta compreensão ficou definido no projeto que a Biblioteca Popular Riacho do Navio deveria extrapolar os seus limites físicos e ir ao encontro de pessoas não leitoras em quaisquer lugares.

A partir de tais posicionamentos, na formulação do projeto Lá Li Gibi, escolheu-se que as ações do projeto aconteceriam na praia da Penha, localizada em João Pessoa. Segundo justifica a autora acerca da escolha por esta localidade, a praia da Penha é uma:

Comunidade de pescadores, para onde acorrem muitas pessoas que, nos fins de semana, desfrutam do banho e da brisa do mar. Pela observação direta e imediata percebemos que durante as marés altas o mar é perigoso e agitado, principalmente para as crianças e àquelas pessoas que não sabem nadar. Ocuparemos um espaço na praia, que seja suficiente para que possamos armar tendas com esteiras e cordões com revistas em quadrinhos, gibis e charges que poderão ser lidos por quaisquer pessoas. Também realizaremos seções de contação de histórias e desafiaremos os participantes a criarem suas próprias historinhas e gravuras que a estas se relacionem. Aproveitaremos, quinzenalmente, as manhãs e início de tardes em que a maré esteja alta, para oferecer uma alternativa de lazer e diversão que envolva as possibilidades de ler, imaginar, escrever, criar HQ (ROSAS, 2014).

Ainda de acordo com o referido projeto são os seus objetivos:

Geral: compreender aspectos relacionados à questão da leitura de histórias em quadrinhos e o papel da biblioteca para a formação de leitores. Específicos: I- reconhecer as histórias em quadrinhos como gênero textual que favorece o

desenvolvimento do hábito da leitura; II- atuar propositivamente com vistas à formação de leitores, a partir do entendimento que situações de leitura e escrita podem se instaurar de múltiplas formas e em quaisquer espaços; III- identificar o impacto da ação extensionista com vistas à melhoria das habilidades de leitura da população usuária (ROSAS, 2014).

Observa-se, portanto, que desde as primeiras formulações o projeto Lá Li Gibi procurou articular a importância da biblioteca para a formação de leitores. Biblioteca esta ressignificada em seus propósitos e dinâmica de funcionamento.

Sobre os objetivos específicos há a explicitação do reconhecimento das histórias em quadrinhos como cruciais para a formação da pessoa leitora. Além disso, é possível identificar o caráter investigativo intrínseco a esta ação de extensão universitária.

Foi, portanto, perseguindo a realização dos objetivos estabelecidos que se formou uma equipe constituída, além da coordenadora do projeto, por 14 pessoas, dentre as quais estudantes matriculados nos cursos de Letras e de Pedagogia da UFPB, duas colaboradoras externas, além de crianças matriculadas em turma de ensino fundamental 2 de uma escola particular de João Pessoa. Tais crianças eram parentes e/ou amigas de membros do grupo e, de acordo com a coordenadora, tal participação poderia constituir em elemento desencadeador do gosto pela leitura, além de estimulá-las a, desde cedo, se envolver com ações que apontem para contribuir com pessoas pertencentes a camadas da sociedade que são, em geral, limitadas do acesso à arte e à cultura.



Discentes preparando material, na residência da coordenadora do projeto, para ação na praia da Penha (2014)

A primeira ação realizada na praia da Penha aconteceu no dia 7 de setembro de 2014. Neste dia, como em todas as demais ações ocorridas ao longo do ano, foram montadas 3 tendas.



Visão geral das tendas (2014)

Uma era reservada à atividade de leitura. Para isso, o acervo formado por cerca de 700 gibis e alguns livros de literatura infantil era disposto pendurado em cordões, exibido também em cestos de palha e caixas plásticas. Havia neste espaço um tapete forrado no chão e alguns bancos, para que as pessoas pudessem escolher a posição que lhes fosse mais confortável para leitura. Invariavelmente, havia duas ou três pessoas da equipe para acolher as pessoas, orientá-las sobre o projeto e na escolha das obras. No caso de a pessoa não saber ler, tais membros do projeto estariam disponíveis para ler e compartilhar a leitura com ela, pois, no nosso entendimento, mesmo as pessoas analfabetas poderiam e deveriam, nesta tenda, entrar em contato com o universo da leitura.

Aqui devemos destacar que as HQs, por serem compostas de imagens e textos curtos, a leitura e o entendimento das histórias é facilitado para qualquer pessoa e de qualquer idade.



Leitura de HQs (2014)

A segunda tenda era extensão da primeira. Nela, propúnhamos, em dois momentos do período no qual o projeto funcionava, realizar a contação de histórias. É importante destacar que não havia no grupo nenhum membro com experiência em contação de histórias. E isto contribuiu para que o funcionamento desta atividade não se desse de maneira adequada. Com isto compreendemos que a contação de histórias carece de qualificação técnica para ser executada, o que direcionou um dos membros discentes da UFPB proceder a estudos acerca dos fundamentos e práticas que compõem o processo de contação de histórias e matricular-se, no semestre seguinte, numa disciplina do curso de Teatro que abordava os saberes e práticas desta área. Tal fato conferiu, nos anos que se seguiram, uma qualidade indiscutível quando da realização desta atividade.



Contação de histórias (2014)

A tenda designada para o desenho era composta por duas mesas, lápis de cor e grafite, folhas de papel. Discentes da equipe executora do projeto permaneciam nesta área para orientar as pessoas. Neste momento também nos demos conta sobre a necessidade de contar com pessoas da área de artes visuais, de modo especial que se interessassem e tivessem conhecimento acumulado sobre o processo de produção de histórias em quadrinhos. Tal constatação se pautou no fato de que gostar de desenhar seria insuficiente para que puséssemos em prática as ideias então perseguidas, quando propusemos a atividade de produção de HQs.

Afirmamos isto por termos observado que a dinâmica imprimida na execução da atividade em pauta, não proporcionava as aprendizagens necessárias que possibilitassem o público alvo da proposta a compreender quais eram os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos.



Desenho de HQs (2014)

Sobre as conclusões resultantes da execução do projeto, além das críticas apontadas anteriormente, ressaltamos duas que se apresentaram a nós de modo desconcertante e flagrou uma dissonância existente em relação aos estudos realizados e a nossa expectativa em relação ao impacto do projeto Lá Li Gibi na praia da Penha.

Primeiramente, apesar do nosso entendimento de que a maioria das pessoas não é leitora, o grupo imaginava encontrar uma multidão querendo adentrar as tendas do projeto. O resultado foi contrário a tal expectativa, pois em todas as cinco ações que realizamos nesta localidade não mais que 15 pessoas adentraram as nossas tendas. Percebemos, assim, o que já deveríamos saber: de modo geral as pessoas não desenvolveram o costume e o gosto pela leitura; e, quando se coloca a escolha entre um banho de mar e encontros em bares e barracas existentes na orla marítima com atividades de leitura, esta última sequer se aproxima das opções daqueles milhares de pessoas que acorrem à praia da Penha nos domingos ensolarados de verão.

Como anteriormente explicitado, desde o início do projeto tínhamos a clareza de que este projeto não configurava uma mera intervenção na realidade composta por atividades voltadas para o público que compõe a comunidade da Penha. Partimos do entendimento que toda ação de extensão é resultado de conhecimento acumulado que, em vista disso, deveria assumir caráter propositivo.

Nesta direção, elaboramos um questionário denominado 'Informação sócio educacional', que era composto por 4 partes. Na primeira parte à qual chamamos de IDENTIFICAÇÃO, solicitávamos o nome, a idade, o local de moradia e a auto declaração da cor. A segunda parte (EDUCAÇÃO) era composta por 13 perguntas sobre frequência a escola e a bibliotecas, importância destas, série em que estuda ou na qual parou de estudar, etc. A terceira parte (IMPRESSÕES), aplicávamos quando as pessoas que visitavam as nossas tendas iam embora. Perguntávamos se a pessoa gostou das atividades do projeto, o que mais gostou, o

que mais leu e se teria interesse em voltar a visitar as tendas do projeto. Na quarta parte solicitávamos aos participantes sugestões de atividades e de algum texto que gostariam de ler.

Deste questionário evidenciou-se um dado perturbador: 16% das pessoas com idades entre 9 e 15 anos, que acorreram às nossas tendas, afirmaram que não sabiam ler. Destas, 77,7%, na época, estavam estudando em turmas que variavam do 2º ao 5º ano do ensino fundamental.

Também, nesta fase de operacionalização do projeto Lá Li Gibi admitíamos que as histórias em quadrinhos seriam um ‘gênero textual’. Com os estudos realizados ao longo do ano de 2014 e mesmo com esta discussão adentrando o ano de 2015, demoramos a compreender que as histórias em quadrinhos (HQs) não são um gênero textual.

De acordo com Oliveira (2016),

As histórias em quadrinhos, ao longo dos anos, têm se transformado em uma importante ferramenta de expressão, uma forma de arte e de leitura ao alcance da população, mesmo aqueles que não consomem livros. Ao longo de sua existência, a nona arte tem sido modificada e ampliada por diversos autores. Com advento da tecnologia digital, podemos encontrar histórias em quadrinhos que utilizam o recurso da animação, por exemplo. Contudo, muitos dos elementos que as compõem, permanecem os mesmos desde o seu início no século XIX (p. 37).

Tal informação constituiu um divisor de águas no projeto Lá Li Gibi, visto que ao entendermos as HQs enquanto uma arte sequencial (a nona arte), por utilizar as imagens de forma lógica e organizada numa sequência. Ainda segundo Oliveira (2016), esta arte sequencial é organizada a partir dos elementos que seguem: “I- o roteiro, II- a sequência de imagens, III- o desenho, IV- os balões de fala dos personagens, V- onomatopeia” (p.37).

A consideração da produção de HQs como sendo dotada de critérios para a sua composição conferiu melhor qualidade à proposta Lá Li Gibi que foi implementada já no ano de 2015, com o ingresso de um então aluno do curso de Artes Visuais da UFPB que desenvolvia estudos acerca das histórias em quadrinhos e que permaneceu no grupo até o ano de 2017.

Apesar dos equívocos cometidos, a proposta de ir a quaisquer lugares com o acervo de gibis e livros e que teve início na comunidade da Penha despertou o interesse de professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Santos Coelho Neto, que se localiza na parte alta desta comunidade, e culminou com um convite para que realizássemos a ação Lá Li Gibi na semana em que se comemorava o Dia da Consciência Negra.

De imediato aceitamos o chamamento por entender que este seria um importante momento para nos aproximar efetivamente da comunidade. O resultado foi um sucesso, pois a recepção das crianças confirmou que, apesar da pouca maturidade, o projeto tinha em seus

fundamentos uma perspectiva que mirava um real problema da educação brasileira: o insipiente uso da leitura por uma maioria populacional.



Atividades de leitura, contação de histórias e desenho de HQs na EMEF Antônio Santos Coelho Neto(Novembro/2014).

Resta-nos informar que das 3 atividades que propusemos implementar no projeto, foi criado o lema “Ler. Imaginar. Criar”. Ou seja, a leitura de gibis e obras literárias e o exercício da imaginação, proporcionado pelas contações de histórias, estimulavam o processo criativo desencadeado na atividade de produção de histórias em quadrinhos.

Além disso, um discente participante criou a primeira logomarca do projeto. A inspiração era justamente a ênfase que dávamos à leitura dos gibis como estimuladora da criação do costume e do gosto pela leitura.

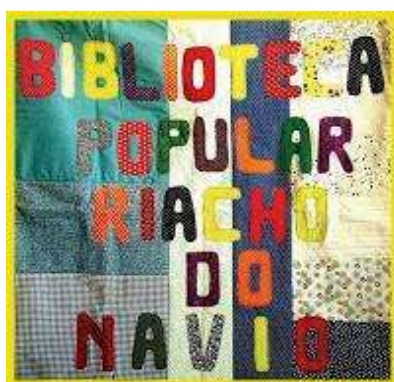


Logomarca projeto Lá Li Gibi 2014

Em meados do ano de 2014, com o intuito de divulgar as ações, disseminar posicionamentos teóricos e reflexões acerca dos problemas abordados no projeto lá Li Gibi, além de entendermos a importância e o alcance de redes sociais para difundir as nossas ideias e práticas foi produzido um *blog* (disponível no endereço <https://bpriachodonavio.blogspot.com/>). Este, que constituía uma das ramificações da

Biblioteca Popular Riacho do Navio, procurava dar visibilidade à produção do grupo que executava o projeto Lá Li Gibi, bem como propunha constituir uma biblioteca virtual de consulta bibliográfica, de fotos e vídeos, e informação, para pessoas interessadas nas temáticas leitura, escrita, biblioteca, educação. Tal *blog* se justificava como segue abaixo:

A biblioteca Popular Riacho do Navio destina-se a contribuir para a melhoria dos índices de leitura e escrita das crianças, jovens e adultos da cidade de Piranhas, da região nordeste e de tantas outras pessoas a quem possamos alcançar, pela ampliação da oferta de espaços em que o letramento ocupe posição de destaque. Compartilhar conhecimento, realizar atividades culturais, artísticas, pedagógicas e de capacitação constituem eixos sobre os quais as intervenções e projetos originados da biblioteca devem ser desenvolvidos, sempre valorizando os saberes das pessoas. Fundada em 21 de janeiro de 2013, é uma entidade civil, sem qualquer discriminação, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, e que propõe; I- produzir, apoiar e incentivar as manifestações culturais e artísticas da região; II- promover palestras, espetáculos de música, dança, teatro, exposições, recitais, feiras literárias, etc; III- produzir e exibir filmes e vídeos; IV- Implantar e implementar assistência, capacitação e formação em saúde, educação, cultura, esporte, lazer, alimentação, etc.; V- promover intercâmbio e cooperação com entidades públicas ou privadas (BIBLIOTECA POPULAR RIACHO DO NAVIO, 2014).



LOGOMARCA BPRN (2014)

LÁ LI GIBI E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL/2015

Os equívocos cometidos no ano anterior resultaram em reais aprendizagens para o grupo, além de ter implicado na ampliação da quantidade de atividades e num aprofundamento teórico acerca das categorias que compõem o projeto.

Por volta do mês de março do ano de 2015, a coordenadora, juntamente com a equipe remanescente do ano anterior, realizou uma revisão no projeto que culminou com uma mudança no seu nome e a consequente inscrição em dois editais de concessão de bolsas para discentes

da Universidade Federal da Paraíba e em um edital de financiamento de programas e projetos de extensão destinado a universidades públicas brasileiras denominados, respectivamente, Programa de Bolsas de Extensão/UFPB (PROBEX), Programa de licenciaturas/UFPB (PROLICEN) e Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC).

Durante as ações realizadas na comunidade da Penha pudemos observar a existência de um quantitativo de pessoas negras (e pardas) que em muito suplantava o de pessoas brancas. Além disso, ao procurarmos no dicionário a palavra ‘gibi’, descobrimos que, segundo dicionários da língua portuguesa, esta é uma gíria que significa “meninote preto; negrinho” (FERREIRA, 1986, p.849).

Buscamos compreender aspectos relacionados à questão negra no Brasil e a legislação existente para a proteção e o reconhecimento desta expressiva parcela da população brasileira. Estudamos a Lei Nº 12.288/2010, que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), e também a Lei Nº 10.639/2003, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira' e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

No entanto, as nossas buscas também se fizeram acerca dos elementos históricos que contribuíram para o atual paradoxo relacionado ao fato de os negros ser maioria populacional, e, ao mesmo tempo, constituírem a maior parcela de pessoas analfabetas e subescolarizadas e das pessoas consideradas pobres no nosso país.

Sobre esta questão, Rosas (2015) informa:

Ao contrário do que preconizou, em 1911, o diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda, que, em 2012, os negros não representariam mais que 3% da população brasileira, hoje o número de pessoas que se reconhecem negras e pardas atingiu o patamar de 52% de brasileiras e brasileiros, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Porém, o racismo e os obstáculos que esta população ainda enfrenta podem ser identificados, dentre outros, quando da abordagem de indicadores de violência, pobreza, analfabetismo e subescolarização (p.3-4).

Este foi, portanto, um momento inicial de reorientação do projeto que passou a ser denominado ‘Lá li gibi e a promoção da igualdade racial’. Isto reclamou, inclusive, uma mudança da logomarca do projeto, de maneira que expressasse em imagem os nossos propósitos. Esta logomarca foi produzida por um então aluno do curso de Artes Visuais recém-integrado ao projeto.



Logomarca projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial (2015).

Apesar da manutenção dos propósitos contidos no projeto, de estimular o desenvolvimento do costume e do prazer de ler e ressignificar o papel da biblioteca, ao levá-la ao encontro com as pessoas não leitoras, em 2015 foram estabelecidos objetivos até então não considerados, quais sejam:

Objetivo geral: compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento do hábito da leitura como instrumento de promoção de igualdade racial através da ressignificação do papel da biblioteca. Objetivos específicos: 1. Considerar a promoção da igualdade racial enquanto fundamento para a construção de uma identidade negra positiva. 2. Reconhecer as histórias em quadrinhos como gênero textual que favorece o desenvolvimento do hábito da leitura. 3. Entender o papel de uma biblioteca viva que em múltiplos espaços instaura situações de leitura e escrita. 4. Identificar o impacto da ação com vistas à melhoria das habilidades de leitura da população usuária (ROSAS, 2015).

Sobre o objetivo geral estava sugerido que o entendimento acerca do que seja e a que serve a biblioteca deveria ser revisto e ressignificado, no sentido de conferir uma dinâmica distinta ao que, de modo geral, observávamos nas bibliotecas. A constatação de que era necessário estabelecer estratégias que tornassem possível às bibliotecas (e à BPRN em particular) serem frequentadas por muitas pessoas que, na experiência do contato com a biblioteca, se deslumbrassem com o universo da leitura e se identificassem com personagens, contextos, enredos.

Para que isso fosse possível, rapidamente entendemos que as 3 atividades oferecidas ao público alvo eram insuficientes para provocar a adesão e plena participação das pessoas no projeto.

De acordo com a coordenadora do projeto, para que pessoas aprendam:

A gostar de ler, descobrir o prazer que há em ler exige que seja posto à disposição do leitor em formação um repertório de atividades que só atingem, de fato, o objetivo, se

tais situações se repetirem até que a leitura seja incorporada à prática cotidiana da pessoa leitora que se forjou (ROSAS, 2016).

Deste modo, além da diversificação da oferta de atividades de ler e escrever, a autora compreendia que a regularidade das ações seria componente de suma relevância para que os objetivos propostos resultassem alcançados. Em vista deste posicionamento definimos que as ações do projeto deveriam acontecer em intervalos regulares (quinzenais ou mensais) para que as pessoas fossem capazes de saber quando a próxima ação ocorreria.

Um aspecto de extrema importância que marcou o processo de execução do projeto ao longo deste ano foi a sua aprovação, com recursos financeiros, no edital PROEXT/MEC 2015. Tais recursos possibilitaram o pagamento de bolsas para 10 discentes, a aquisição de material de consumo e material permanente necessários ao pleno andamento do projeto, além de custear diárias e combustível para o deslocamento da equipe à cidade de Piranhas-AL, onde parte do projeto aconteceu. Também pudemos contar com bolsas destinadas aos discentes após a aprovação do projeto nos editais PROBEX 2015 (duas bolsas) e PROLICEN 2015 (duas bolsas).

Sem dúvida, este foi o momento em que o projeto mais cresceu em termos de pessoas alcançadas nas suas ações e em termos de qualidade das atividades. Tal afirmação é importante porque devemos considerar que, em 2013, o ‘projeto Catalogação do Acervo da BPRN’ contava com 14 participantes, mas as duas viagens que o grupo realizou para o município de Piranhas só foram possíveis porque contamos com a disponibilização de recursos provenientes da direção do Centro de Educação, além do apoio da então coordenadora do setor da Pró-Reitoria de Extensão/UFPB que nos cedeu parte do material de consumo do projeto que ela coordenava e a doação, pelo Pró-Reitor de Extensão/UFPB, de camisetas com a logomarca do projeto.

Em 2014 continuamos a contar com o apoio do diretor do Centro de Educação, além de termos sido contempladas com duas bolsas no edital PROBEX 2014.

É necessário comentar que, no ano de 2015, os cortes orçamentários nas universidades implicaram num corte de cerca de 30% dos recursos do projeto provenientes do edital PROEXT 2015.

Com a efetiva possibilidade de ir a mais lugares que no ano anterior foi proposta a execução do projeto em João Pessoa-PB e em Piranhas-AL. Em João Pessoa, as ações tiveram periodicidade quinzenal. Em Piranhas, por causa das dificuldades resultantes da distância deste município em relação a João Pessoa, definiu-se a periodicidade mensal para a realização das ações.

A experiência vivenciada no ano anterior orientou a decisão por realizar o projeto na calçada em frente à Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Santos Coelho Neto, localizada na comunidade da Penha. Tal decisão resultou do estabelecimento de parceria com a gestão da referida escola.

Em fevereiro de 2015, reuniões entre membros do projeto e equipes pedagógica e gestora da unidade escolar definiram um cronograma e o local onde as tendas do projeto deveriam ser montadas. Também ficou definido que todas as crianças da escola participariam das atividades. Deste modo, estabeleceu-se que cada grupo de alunos participaria das atividades durante 60 minutos, tempo considerado suficiente para que cada pessoa participasse de cada ação e ninguém ficasse ‘sem ter o que fazer’. Em cada um destes períodos participavam duas ou três turmas da escola.

Em Piranhas, a articulação com a Secretaria Municipal de Educação proporcionou a inserção do projeto em duas escolas públicas e

Sobre a introdução de novas atividades, devemos informar que além do fomento à leitura e à escrita, também incluímos atividades de interpretação de textos, pois, no entendimento do grupo, a interpretação de textos era intimamente complementar e indissociável os atos de ler e escrever. As atividades eram desencadeadas a partir da contação de histórias, que apresentava o tema gerador de cada ação. Consideramos, inicialmente, como temas geradores algumas datas comemorativas. No entanto, ao invés de apenas enaltecer tais datas, as utilizamos para problematizá-las e ao mesmo tempo mostrar às pessoas participantes a riqueza de informações que estavam contidas nos livros. Assim, das 10 atividades que passaram a compor a ação, a **contação de histórias** era aquela que deflagrava a execução de todas as demais.

Presentemente listamos e explicamos cada uma das atividades propostas e executadas de acordo com o expresso no projeto.

I- Contação de histórias: em outra tenda são organizadas sessões de contação de histórias que abordem temas geradores das ações. Os temas geradores sempre estão relacionados a alguma data comemorativa ou a algum aspecto que precisa ser pensado (...) como direitos e deveres das crianças e adolescentes, a igualdade e a tolerância como princípios fundamentais à convivência, etc. Todas as contações de histórias são baseadas em textos que existem no acervo da Biblioteca e que são disponibilizados para leitura e manuseio. Após a contação de histórias

disponibilizamos várias ‘brincadeiras’, baseadas na história contada. Nas contações problematiza-se o real e estimula-se a imaginação.



Contação de Histórias – Piranhas (2015)

II- Leitura de histórias em quadrinhos (HQs): privilegiamos a leitura de gibis, por estes terem textos curtos e contarem com o recurso de imagens em sequência. Consideramos que estas características poderiam atrair os leitores iniciantes e estimulariam o gosto pela leitura.



Leitura de HQs e obras literárias (2015)

III- Sussurrador de textos: Ferramenta de leitura feita com canos de PVC nos quais as pessoas participantes leem um texto e na outra extremidade outra pessoa ouve o texto sussurrado. É sempre uma atividade de leitura compartilhada.



Sussurrador de textos na EMEF Antônio Santos Coelho Neto (2015).

IV- **Palavrices**: Utilizando macarrão de letrinhas e suportes de madeira cobertos com feltro, o objetivo desta brincadeira de escrever é a formação de palavras ou textos.



Palavrices (2015)

V- **Bingo**: Esta brincadeira privilegia o exercício da concentração de da leitura. De modo similar ao bingo tradicional, as cartelas eram preenchidas com textos. Letras, números e sinais de pontuação eram sorteados até que participantes preenchessem a cartela. Em cada cartela foram utilizados estrofes de cordel, artigos de leis como o Estatuto da Criança e do adolescente, a Declaração dos Direitos Humanos, o Estatuto da Igualdade Racial, poesias. O prêmio para quem completasse primeiro o preenchimento da cartela era ler em voz alta o conteúdo da sua cartela para as demais pessoas para ser filmado e mostrado. Como não havia a preocupação de elaborar cartelas que possibilitassem a apenas uma pessoa a conclusão em primeiro lugar. Crianças e jovens ao formarem uma fila para filmar possibilitava-se que aquelas pessoas que liam com dificuldade (e até as que não sabiam ler) tinham tempo de ‘treinar’ o texto. Parece-nos que a proposição de filmar e mostrar as pessoas lendo era um elemento estimulador da leitura. Esta foi uma das brincadeiras que contaram com maior adesão das pessoas.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

VI- Ludo e Jogo de tabuleiro: Estes jogos eram atividades de leitura e de interpretação de textos. Sempre que a contação de histórias encerrava era afixado na parede um painel com a história impressa em letras grandes, para que as pessoas consultassem quando tivessem dúvidas sobre as respostas relativas às perguntas das cartelas. A dinâmica do jogo era semelhante ao que se encontra nos jogos de tabuleiro tradicionais.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

VII- **Forca:** produzimos bonecos em papelão fracionados em 8 partes (cabelo, cabeça, tronco, calça, 2 braços, 2 pernas), que eram montadas num suporte, uma a uma, cada vez que um jogador errasse a letra da palavra proposta. As palavras usadas na forca sempre estiveram relacionadas ao texto da contação de histórias. A forca é uma ótima brincadeira para crianças em processo de alfabetização.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

VIII- **Jogo da memória:** O jogo era produzido de acordo com o nível de escolarização das pessoas. Sempre com palavras do texto da contação de histórias, cartelas com palavras sinônimas (para ampliar o universo vocabular), com palavras escritas em letra de forma e letra cursiva (para as crianças discriminarem e identificarem cada letra), dentre muitas outras possibilidades.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

IX- **Área de grafitegem:** Colamos folhas papel 40 kg uma na outra, formando um grande painel colado na parede. Disponibilizamos hidrocor, lápis cera e lápis de cor para que os participantes desenhasssem, escrevessem, expressassem as suas vontades, inspirações, expectativas e afetos.

Nesta brincadeira não separamos grafiteiros ‘artistas’ e ‘iniciantes’. Este era o local de livre expressão de cada pessoa e funcionava como elemento redutor de tensões.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

X- Oficina de produção de histórias em quadrinhos (HQs): Em uma tenda específica para este fim, disponibilizávamos materiais necessários a esta finalidade, orientada por um discente do curso de Artes Visuais que dava dicas e informações sobre técnicas de desenho e de produção de HQs. Este era um momento em que as crianças e jovens eram estimulados a criar e expressar suas experiências na forma de histórias em quadrinhos.



Acervo Lá Li Gibi (2016)

Com estas brincadeiras, dispoño de recursos financeiros para implementar o projeto e após o estabelecimento de parcerias em João Pessoa e em Piranhas procuramos estreitar vínculos e ir a lugares que não havíamos previsto. Em Piranhas realizamos ações mensais no Centro Municipal de Ensino Professor Ivan Fernandes, na Escola Municipal Nossa Senhora da

Saúde. Posteriormente realizamos ações no bairro Piranhas de Baixo e nos distritos piranhenses de Entre Montes e Piau. Em João Pessoa, demos continuidade à parceria estabelecida com a EMEF Antônio Santos Coelho Neto. A partir do mês de maio fizemos contato com a gestão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Virgínius da Gama e Melo e demos início ao projeto com os estudantes matriculados em anos do ensino fundamental 2. Nestas escolas as ações aconteciam quinzenalmente e sempre em dias alternados.

Percebemos, no entanto, que era possível ampliar a execução do projeto. E isto aconteceu conforme Rosas (2016) conclui:

Além das escolas mencionadas realizamos ações em outros espaços da comunidade da Penha. Para comemorar o dia das crianças fomos convidados a realizar a ação na Unidade de Saúde da Família (USF) da Penha, no mês de outubro. Em novembro, ampliamos a parceria com a USF da Penha, quando fomos convidados pela Área Técnica de Saúde da População Negra, setor da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, a realizar o Lá Li Gibi nas comemorações do Novembro Negro nesta mesma comunidade. Ainda neste mês aceitamos o convite do Grupo de Jovens da Paróquia de Nossa Senhora da Penha para realizar a ação durante as festividades de 272 anos da histórica Romaria da Penha. Importou para nós ampliar as nossas atividades nesta comunidade, que desde o ano de 2014 constituía o nosso público alvo. Ainda no mês de novembro, fomos convidados a apresentar a ação Lá Li Gibi numa capacitação de professores do Projovem Urbano de João Pessoa, momento em que repetimos as atividades que realizamos com crianças e jovens e percebemos o mesmo envolvimento e entusiasmo dos adultos. (...) Nas escolas, em cada ação Lá Li Gibi atingimos em torno de 250 crianças e jovens matriculados especialmente em anos do ensino fundamental. (...) Considerando o quantitativo de cada escola somam-se 1000 alunos atendidos por mês. Aos estudantes se juntam os professores e professoras. Em João Pessoa, na EMEF Antônio Santos Coelho Neto, considerando professoras, coordenadoras pedagógicas e gestoras somam-se 20 pessoas. Com relação a este mesmo público, na EMEF Virgínius da Gama e Melo contamos 12 pessoas. Em Piranhas, contamos com a participação de cerca de 5 pessoas em cada uma das duas escolas. Nas duas ações realizadas com setores da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa contamos com um público de 60 pessoas no total. Na festa de Nossa Senhora da Penha 70 pessoas participaram. Na comunidade de Piranhas de Baixo, onde levamos algumas atividades do projeto acrescidas de sessões de cinema, mensalmente, a partir do mês de outubro, atingimos um público de 50 pessoas por mês, o que totaliza 150 pessoas. Na ação junto aos docentes do Projovem Urbano de João Pessoa (programa que atende pessoas com idades entre 18 e 29 anos e que ainda não concluíram o ensino fundamental), no total, 150 pessoas participaram, incluindo professores e o grupo coordenador desta modalidade de educação. Por fim, fomos convidados pela gestão da PRAC/UFPB a apresentar o nosso projeto durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Durante um dia inteiro, uma grande tenda foi armada e lá recebemos, no período da manhã, 25 alunos da EMEF Virgínius da Gama e Melo que estavam acompanhados por uma gestora da escola. À tarde contamos com a participação de 25 crianças matriculadas numa turma de 5º ano da EMEF Antonio Santos Coelho Neto. Esta turma é formada por crianças que apresentam dificuldades importantes em leitura e escrita. Tais alunos e alunas estavam acompanhadas da professora da turma (ROSAS, 2016).

Também observamos que as algumas crianças da escola localizada na comunidade da Penha demonstravam curiosidade com respeito às câmeras fotográficas e filmadoras que a equipe do projeto utilizava. E vimos aí um interessante momento para reforçar a utilidade da

escrita, além de estimular um olhar mais atento destas pessoas ao lugar onde viviam. Foi aí que realizamos a primeira edição do Concurso de Fotografias, durante a ação comemorativa ao mês das crianças. Nesta edição uma pessoa da equipe inscrevia as pessoas interessadas em fotografar e outra se encarregava de apresentar como se dava o funcionamento da câmera. Havia uma única obrigação para os inscritos: cada foto deve ter uma legenda. O local da foto era livre; tanto poderia acontecer na comunidade, como na escola. Na ação seguinte levamos um banner com as fotos e houve uma votação que envolveu professoras, funcionários e estudantes. A foto vencedora ganhou, como prêmio, um banner com a foto e o nome da pessoa que fotografou.



Premiação do 1º Concurso de Fotografia²

Em meados do ano de 2015, já pensávamos em incluir novas atividades. E a ideia de criar um cineclubes vinculado à BPRN era uma proposta em processo de amadurecimento. Colocar em destaque a relação cinema/educação, de modo a levantar ludicamente questões sociais, cujo debate e aprofundamento seriam imprescindíveis para o processo de construção de pensamento crítico nos lugares onde levávamos o projeto Lá Li Gibi, constituiu o motivo principal para a inauguração da experiência cineclubista.

Merece menção o fato de termos realizado um curso de extensão oferecido na rede estadual de educação do estado da Paraíba, que versava especificamente sobre a relação existente entre educação e cinema. Este curso nos mostrou a importância que o cinema poderia alcançar no nosso trabalho de estimular a leitura, enquanto uma atividade a ser executada tanto nos espaços públicos comunitários, como também na escola, em áreas exteriores à sala de aula.

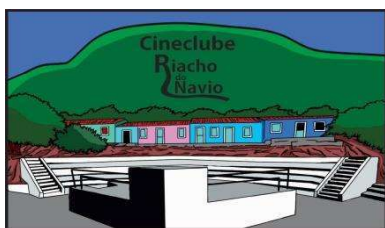
Perseguíamos desde os momentos iniciais do projeto Lá Li Gibi o reconhecimento sobre a relação existente entre as leituras da palavra e do mundo, como

² No blog da Biblioteca Popular Riacho do Navio encontra-se a publicação de postagem sobre este concurso. Disponível em: <https://bpriachodonavio.blogspot.com/2015/08/premiacao-do-1-concurso-de-fotografias.html>

recomenda a filosofia da educação freireana. E o cineclube, que denominamos Cineclube Riacho do Navio, era a nova ferramenta que pusemos à disposição do nosso público alvo.

Tal atividade cineclubista teve início, ainda de modo intuitivo, na comunidade da Penha, nos dias finais do mês de setembro. No entanto, foi em Piranhas que desenvolvemos de forma mais ordenada o que concebíamos enquanto uma prática de cineclube. E isto aconteceu no início do mês de outubro quando, pela primeira vez, exibimos filme para a população de Piranhas, em uma atividade do projeto que comemorava a data de ‘descobrimento’, por europeus, do Rio São Francisco.

Antes da exibição, entretanto, já havíamos tomado a iniciativa de produzir uma marca para o cineclube e, também, definimos que exibiríamos um filme que tivesse como temática a questão da relevância da água para a comunidade.



Logomarcas do cineclube produzidas por Yan Philipe/2015

Aqui devemos informar que a produção das duas logomarcas do cineclube Riacho do Navio foram inspiradas pelo local onde iniciamos as atividades de exibição de filmes: um anfiteatro existente na comunidade de Piranhas de Baixo.

Soubemos que este local era conhecido como a “pracinha da televisão”, pois quando a maior parte das pessoas ali residentes ainda não possuíam aparelhos de TV, lá era o lugar para onde todos acorriam, à noite, para assistir à programação televisiva.

Além disso, por ser uma cidade ribeirinha às margens do Rio São Francisco, a data dedicada ao Santo que tem o nome do rio coincide com a da sua ‘descoberta’.

Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF),

No dia 4 de outubro de 1501, o rio São Francisco, já habitado por índios, foi descoberto pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves. Os índios, que já habitavam a bacia do rio São Francisco, chamavam o rio de Opará, que significa rio-mar. Mas, com a chegada de Vespúcio, o nome logo foi alterado para rio São Francisco em homenagem ao dia de São Francisco de Assis (CBHSF, 2014).

Na primeira ação cineclubista exibimos o filme “Kiriku e a feiticeira”, que é um filme de longa metragem de animação, “cujo enredo é desencadeado em algum lugar da África Ocidental, e enfoca o drama de uma comunidade que teve subtraída a sua única fonte de água” (ROSAS, 2016). Para que esta sessão acontecesse contamos com o apoio da gestão da Secretaria Municipal de Educação de Piranhas, que nos cedeu equipamentos e contribuiu com a divulgação do evento.

Em novembro, para comemorar e problematizar o Dia da Consciência Negra, exibimos o filme “Que horas ela volta”, escrito e dirigido por Anna Muylaert. Com este filme procuramos problematizar a persistência de relevantes traços do escravismo ocorrido no Brasil, seja com relação às formas de tratamento que empregadas domésticas recebem de muitos dos seus patrões e patroas, passando pelo acesso aos espaços privados e coletivos, bem como também apontando para a importância da educação no processo de despertar e compreensão das desigualdades que se estabelecem e se cristalizam em nossa sociedade.



Cartaz de divulgação da atividade do Cineclube Riacho do Navio em Piranhas/2015.

Ainda no ano de 2015, realizamos duas atividades de cineclube na comunidade da Penha, nos meses de novembro e dezembro (dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Santos Coelho Neto) e, acompanhando a periodicidade mensal de execução do projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial, em Piranhas, realizamos ações do Cineclube Riacho do Navio. Neste município, além do anfiteatro de Piranhas de Baixo, realizamos ação no distrito de Entre Montes.

Cabe aqui mencionar que 2015, para nós que então compúnhamos o projeto, foi um ano que só acabou em janeiro de 2016. Dizemos isto porque o entusiasmo das pessoas de Piranhas

nos conduziu a realizar uma ação cineclubista durante o mês de janeiro. Denominamos tal ação de “Coisa de Cinema”.



Convite distribuído em Piranhas/2016.

Nesta ação, além das atividades que já realizávamos no projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial e no Cineclube Riacho do Navio, também expusemos obras em formato de *slides* do pintor argentino Daniel Carranza. Sobre as obras do pintor que foram apresentadas procuramos impactar as pessoas acerca da forma devastadora e cruel como nos relacionamos com o meio ambiente, do qual fazemos parte e ao qual imprimimos danosas transformações que vitimam o meio ambiente e nos vitimam, como a tela abaixo apresentada.



Fonte: Daniel Carranza/Argentina

Na sessão cineclubista retomamos o problema da relação entre os homens e a água. Desta vez, o impacto das pessoas foi interessante, especialmente as pessoas adultas, porque elas se viram naquela situação de perda de seus espaços tradicionais para a construção de barragem e a descoberta da desimportância das populações afetadas quando da consideração do que seja progresso e desenvolvimento para os grupos que ocupam o topo da estrutura de poder.

Por fim, a experiência das exhibições cineclubistas nos conduziu a optar, para as sessões seguintes, por apresentar filmes de curta metragem “que são menos cansativos e atendem as expectativas de populações não habituadas com a dinâmica dos filmes de longa metragem” (ROSAS, 2016).

Sobre o projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial, executado ao longo do ano de 2015, conclusivamente entendemos que por obedecer ao critério da regularidade nas ações pudemos contar com plena adesão dos sujeitos que compunham o nosso público alvo, tanto em João Pessoa, como em Piranhas.

Relativamente ao *blog* da BPRN, a participação no projeto de três discentes matriculados no curso de Jornalismo da UFPB garantiu um maior fluxo de publicações e, conseqüentemente de visualizações. No *blog*, além de divulgarmos as ações que realizávamos, também, como uma prestação de serviço, incluímos uma série de *links* de artigos, leis, pesquisas e obras sobre educação, leitura e biblioteca. No fim deste ano, o *blog* contava com mais de 20 mil acessos.

LÁ LI GIBI E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL/2016

O ano de 2016, desde o seu início, foi marcado por contingenciamento nos orçamentos das universidades públicas federais. Isto implicou na continuidade do congelamento do valor e na redução do número de bolsas de iniciação à docência, pesquisa e extensão. Esta situação afetou diretamente os projetos da UFPB, dentre os quais o projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial.

Para ilustrarmos a gravidade que representou o mencionado contingenciamento relativamente à extensão universitária e ao programa institucional de financiamento a programas e projetos de extensão no Brasil, informamos que no ano de 2015, o Edital PROEXT/MEC aprovou, com recursos financeiros, 28 programas e 45 projetos. Em 2016,

apenas 17 programas e 18 projetos foram classificados para receberem financiamento. A partir do ano de 2017 até o presente momento não houve editais PROEXT/MEC³.

A despeito desta situação e com a efetiva colaboração da direção do Centro de Educação, ainda conseguimos realizar, no mês de abril, ações em Piranhas. Uma no povoado de Entre Montes e outra na comunidade de Piranhas de Baixo. Em ambas apresentamos, além das atividades relacionadas ao projeto, exibição de filmes de curta metragem.

Em João Pessoa procuramos conduzir o projeto visando garantir a manutenção das ações de estímulo à leitura. No entanto, propusemos executar o projeto apenas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Santos Coelho Neto. Isto se deu por termos deixado de contar com vários membros da equipe do ano anterior e, com poucas bolsas, não dispúnhamos de muito tempo para realizar ações fora da ambiente da universidade.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, algo nos alentava e estimulava a seguir com o projeto: percebíamos que as crianças da escola e muitas professoras participavam ativamente das atividades e, assim como aconteceu ao longo do ano de 2015, a Biblioteca Popular Riacho do Navio realizava empréstimo de obras pertencentes ao seu acervo. A data estabelecida para a devolução coincidia, invariavelmente, com a data da ação seguinte. Ademais, no ano de 2016 a biblioteca da referida escola havia incorporado às suas atividades rotineiras algumas brincadeiras de ler e escrever apresentadas quando da execução do projeto. Por exemplo, na biblioteca havia duas mesas com macarrão de letrinhas e suporte (em papel de seda preto), foram produzidos vários sussurradores de textos para serem utilizados pelas professoras e crianças e a contação de histórias, uma prática que já era utilizada na escola, muitas vezes acontecia no interior da biblioteca escolar.

Outro acontecimento implicou na inauguração de uma nova brincadeira: a chegada de um discente matriculado no curso de Educação Física. Neste momento passamos a considerar a importância do movimento para a hominização dos nossos antropoides ancestrais. Foi-nos de grande importância esta compreensão. De acordo com Engels, “só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a”. Ou seja, Engels aborda a questão do trabalho, atributo exclusivamente humano, pela consideração do aspecto econômico e pelo

³ As informações apresentadas podem ser conferidas nos endereços:

<https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2014/07/resultado-final-2015-programas.xlsx>;
<https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2014/07/resultado-final-2015-projetos.xlsx> ;
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=19551-resultado-final-proext-2016-projetos-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192;
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=19541-resultado-final-proext-2016-programas-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192;

ênfoque do conceito físico. Neste sentido, infere-se sobre a articulação existente entre conhecimento e movimento em contraposição às práticas de sala de aula, que têm no confinamento dos alunos e na supressão do movimento critérios fundamentais ao processo de ensinar e aprender.

Esta discussão nos conduziu a introduzir a atividade que denominamos “brincadeiras africanas”. Para executá-la realizávamos pesquisas sobre brincadeiras populares praticadas nos muitos países africanos. Ao escolher aquelas que seriam apresentadas em cada ação eram preparadas fichas com instruções sobre como realizar a brincadeira, bem como eram produzidos *slides* com mapas para que as crianças e jovens pudessem localizar o país de onde se originava cada brincadeira. Na EMEF Antônio Santos Coelho Neto, o início das brincadeiras africanas acontecia na biblioteca escolar. Era o momento de leitura e interpretação das instruções e era onde localizávamos os países.



Atividade informativa e execução de brincadeira africana/2016

As várias atividades continuaram a acontecer concomitantemente e o envolvimento das alunas e alunos era notório. Em 2016, deixamos de realizar o projeto na calçada da EMEF Antônio Santos Coelho Neto e ocupamos uma área localizada na parte frontal à edificação da escola. Em cada ação duas ou três turmas passavam uma hora brincando de ler e escrever nas atividades do projeto.



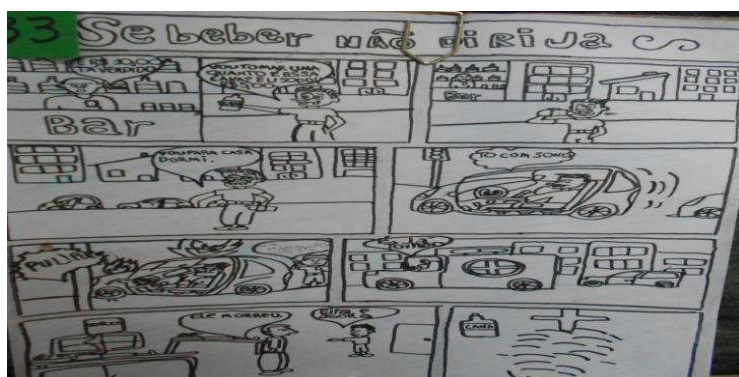
Visão de turmas brincando de ler e escrever/2016

Enquanto isso, numa ação quinzenal era realizada a contação de histórias e na outra quinzena havia atividade cineclubista que, repetimos, acontecia no interior da biblioteca escolar.



Sessão de atividade cineclubista na EMEF Antônio Santos Coelho Neto/2016.

Vale salientar que a atividade de produção de histórias em quadrinhos, coordenada por um discente do curso de Artes Visuais da UFPB, neste ano foi incorporada às aulas de Língua Portuguesa em turmas de 6º ano. Foi um momento em que o discente da UFPB foi convidado a realizar oficina nas salas de aula e, posteriormente, aconteceu um concurso de histórias em quadrinhos que contou com 63 produções.



Processo de produção de histórias em quadrinhos/2016.

Voltamos a chamar a atenção para a importância de inaugurar, no interior da biblioteca escolar, práticas que consolidavam a hipótese apresentada no projeto, desde mesmo os seus momentos iniciais, ainda no ano de 2014. Para nós, a biblioteca necessitava passar por um processo de ressignificação e inaugurar práticas artístico-culturais, estimular convivências e se tornar num ambiente dinâmico, de cultivo ao conhecimento e à informação e participativo.

Se desde o início procuramos demonstrar que a biblioteca deveria ir aos lugares onde estivessem pessoas não leitoras e, se necessário, deveria propiciar a sua exteriorização em relação ao seu espaço físico, também atuamos no sentido de fazer da biblioteca, especialmente a biblioteca escolar, um local prazeroso e distinto do reconhecido lugar de castigos impostos a alunos considerados indesejáveis às convivências na sala de aula.

A dificuldade de dar seguimento aos propósitos contidos no projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial, expressa na então impossibilidade de nos deslocarmos para realizar as ações projetadas em Piranhas, fez-nos decidir que outros lugares deveriam ser ocupados com as ações do projeto. Este posicionamento coincidiu com um convite que recebemos da Área Técnica de Saúde da População Negra, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, para, em meados do mês de junho, participarmos, na Comunidade Quilombola de Paratibe, de ação educativa por ocasião do Dia Mundial de Conscientização Sobre a Doença Falciforme.



Contação de histórias em Paratibe/2016.

Com uma recepção atenta e calorosa pelas pessoas que se encontravam naquele lugar, posteriormente, procuramos a liderança da comunidade e combinamos que a equipe que compunha o projeto Lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial realizaria ações mensais, sempre aos sábados, quando também recebemos estudantes da escola municipal localizada nas proximidades da localidade. Apesar de não termos exibido sessões do cineclube, todas as demais atividades desenvolvidas no projeto foram executadas nos meses de julho, agosto e setembro, quando nos foi anunciada a conclusão do nosso trabalho naquela comunidade.



Ação em Paratibe, agosto/2016.

LÁ LI GIBI: CONSTRUINDO CONCLUSÕES/2017

O ano de 2017 pode ser entendido como um período em que o projeto Lá Li Gibi (considerando as denominações assumidas entre os anos de 2014 e 2016) quase foi interrompido. Cansados de não contar com condições políticas e materiais para executá-lo decidiu-se que nesse ano nos dedicaríamos, numa equipe composta por dois discentes e a coordenadora do projeto, a pensar sobre as possibilidades alcançadas e os limites com os quais nos defrontamos ao longo do árduo processo de fazer acontecer o projeto Lá Li Gibi.

Esta afirmação se faz importante para que possamos compreender, de modo mais amplo, a gravidade da crise que nos anos anteriores, crescentemente, se abatia sobre as universidades públicas. Esta crise que ano a ano impunha cortes nos recursos financeiros era muito mais geral e se espalhava por toda a sociedade brasileira. Desemprego, carestia, um processo de recrudescimento de ideias e práticas conservadoras davam a tônica do que acontecia na UFPB.

Foi neste dramático contexto que aconteceu a formulação do projeto ‘Lá li gibi: construindo conclusões’, inscrito e aprovado no Edital PROLICEN/UFPB 2017. Segundo o mencionado projeto era objetivo geral:

Compreender o alcance da proposta Lá Li Gibi, com o intuito de tirar conclusões que possam servir de referência a outras ações que tenham como centralidade questões relacionadas à formação do leitor e à ressignificação do papel da biblioteca (ROSAS, 2017, p. 15).

Com a aprovação do projeto passamos a revisitar fotos, vídeos, trabalhos produzidos por membros do grupo, informações obtidas em questionários e entrevistas. Paralelamente, nos debruçamos sobre pesquisas, artigos e livros que versavam sobre a questão da biblioteca e da leitura no Brasil. Mas estas questões eram muito amplas e decidimos pensar: I- a biblioteca escolar, especialmente observando os reflexos da implementação da Lei 12.224/2010; II- a questão abordada na Lei 13.006/2014, que prevê a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais em todas as escolas de educação básica, públicas e privadas, do Brasil.

Ao nos defrontarmos com tal lei tivemos certeza de que aquilo que fazíamos intuitivamente existia como lei.

No entanto, em meados deste ano de 2017, recebemos o convite da gestão escolar da Escola Municipal Virgínius da Gama e Melo, localizada em João Pessoa e a qual havíamos desencadeado o projeto lá Li Gibi e a Promoção da Igualdade Racial durante o ano de 2015. De imediato aceitamos este chamamento e já no mês de agosto fomos exhibir sessões de filmes de curta metragem, enquanto Cineclube Riacho do Navio. Neste momento entendíamos que as alunas e os alunos da escola tinham o direito de saber antecipadamente quais filmes assistiriam

e em que data. Assim, uma semana antes da exibição dos filmes, íamos à escola e afixávamos cartazes informativos sobre os filmes e suas respectivas fichas técnicas, além da data.

Em cada dia de exibição fazíamos 4 sessões, para que todas as pessoas pudessem assistir aos filmes. Acrescentamos que propusemos à gestora geral da referida escola que as sessões acontecessem no interior da biblioteca escolar, que era subutilizada. A alegação de que não havia condições de juntar pessoas naquele lugar calorento e com muita luminosidade natural convenceu-nos provisoriamente, pois apontamos para a organização do espaço da biblioteca escolar com o intuito de, no ano seguinte, realizarmos a ação cineclubista naquele espaço.

Realizamos ação cineclubista nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. E em cada sessão apresentamos um questionário que, para nós, estimularia as pessoas a escreverem e se posicionarem criticamente. Além disso a terceira pergunta do questionário norteava a escolha de filmes e temáticas para a sessão seguinte, o que põe em destaque a importância do tema gerador, que parte das aspirações dos sujeitos do ato educativo, os alunos e alunas, e os coloca na condição de reais agentes de sua educação. Percebemos o crescente número de pessoas preenchendo o questionário e, também, observamos que a cada ação eles escreviam mais.



Cartaz da ação cineclubista do mês de setembro/2017.

Acrescentamos que em todas as sessões, após os filmes, era exibido um clipe musical com artistas que não pertenciam à cena musical consagrada pela grande mídia. E pelo próprio perfil dos estudantes (esta escola atende jovens de anos pertencentes ao ensino fundamental 2)

apontava para a preferência pelo *rap*. Nos clipes apresentados era problematizada a questão do racismo, da necessidade de construção de uma autoimagem positiva das pessoas negras e dos jovens periféricos.



Sessão de cineclube na EMEF Virgínius da Gama e Melo/2017.

LÁ LI GIBI: BIBLIOTECA, LEITURA E AÇÃO CINECLUBISTA/2018

O ano de 2018 foi de plena mudança. Retomamos o projeto nos editais PROLICEN E PROBEX com uma equipe renovada em sua totalidade. Contamos com estudantes de Pedagogia, dos quais uma discente já havia concluído o curso de Biblioteconomia. Também resolvemos mudar a logomarca do projeto e centramos a nossa atenção na implementação de atividades do Cineclube Riacho do Navio e na ideia da biblioteca exteriorizada e chegando com as suas obras a lugares até então não previstos. Sempre, entretanto, atentando para a questão de estimular o desenvolvimento do uso frequente e do prazer da leitura.

No projeto foram definidos como objetivo geral “fortalecer a biblioteca como equipamento de difusão de conhecimento, informação, cultura e convivência para pessoas leitoras e não leitoras” e específicos “1 - estimular o desenvolvimento do hábito da leitura através da biblioteca que leva o seu acervo a múltiplos espaços. 2 - ressignificar o papel da biblioteca que instaura situações de fomento à cultura, à informação, ao conhecimento e à convivência” (ROSAS, 2018).

Para tanto, a proposição era de que em João Pessoa haveria ação cineclubista com periodicidade mensal; no bairro do Janga, em Paulista-PE (cidade da Região Metropolitana do

Recife) seria desenvolvida a atividade denominada ‘estante ambulante’. Tanto o cineclube como a estante ambulante foram atividades previstas para acontecerem no município alagoano de Piranhas, porém, não foi possível à coordenadora do projeto arcar com as despesas mensais de deslocamento e alimentação do grupo extensionista.



Logomarca do projeto produzida pela discente Juliana França

O aspecto visual desenvolvido na nova logomarca traduzia uma orientação distinta dos anos anteriores e anunciava que estávamos interessadas em atingir uma juventude que tem no grafite, no *rap* e na valorização e reconhecimento de uma cultura proveniente das periferias das grandes cidades algumas das suas expressões.

A ação em João Pessoa

Na EMEF Virgínius da Gama e Melo, à ação do cineclube, foi introduzida uma espécie de cobrança de ingressos para o acesso às sessões que funcionava da seguinte maneira: na semana anterior à exibição dos filmes levamos cartazes onde havia a informação sobre a data e os filmes e clipe que seriam exibidos. Em algumas vezes, especialmente na preparação para a primeira ação, passamos em todas as turmas, além de abordar grupos que estavam fora da sala de aula e classes que se encontravam na quadra de esportes, para apresentar o cartaz com as informações sobre a sessão e enfatizar que todas as alunas e alunos deveriam, nesta semana que antecedia a ação cineclubista, realizar um empréstimo de alguma obra pertencente ao acervo da biblioteca escolar, ler a obra em casa e devolvê-la no momento em que fosse ingressar na sala de exibição dos vídeos. Obviamente, nunca impedimos ninguém de ter acesso às sessões por ter esquecido o livro em casa, ou mesmo por não ter feito o empréstimo de qualquer obra.

Com este procedimento conseguimos tanto dar continuidade à implementação do que prevê a Lei 13.006/2014 e também foi desencadeado um processo de dinamização do setor de empréstimos da biblioteca escolar, que, de acordo com Rosas (2019) “entre os anos de 2012 e 2016 não registrou empréstimos de obras. Entre os meses de fevereiro e setembro de 2018 (...) a média de empréstimos mensal foi de 90 obras”.



Movimento de estudantes na biblioteca escolar/2018

A primeira ação cineclubista na EMEF Virgínius da Gama e Melo aconteceu nos dias 24 e 26 de abril. No entanto, antes disso aconteceu uma reunião entre a equipe que compunha o projeto e pessoas ligadas à escola, com os objetivos de organizar o trabalho a ser desenvolvido e estreitar a parceria escola/universidade.

De acordo com relatório elaborado por discente da equipe executora do projeto, participaram da reunião a gestora geral da escola, duas coordenadoras pedagógicas e uma professora readaptada responsável pela biblioteca escolar e a equipe do projeto Lá Li Gibi (coordenadora acompanhada por 6 discentes do curso de Pedagogia/UFPB).

Da discussão realizada foi destacado que: I- a ação cineclubista abrangeria todas as turmas dos dois turnos da escola; II- seria importante que os alunos e alunas da escola soubessem antecipadamente o que iriam assistir e, por isso, a necessidade de elaborar cartaz de divulgação de cada ação; III- no bairro (Mangabeira) onde está localizada a escola e onde reside a maioria discente a ‘cultura’ *hip hop* é muito admirada pelos jovens e este poderia ser um ponto de partida para a escolha dos vídeos e clipes; IV- a ação cineclubista deveria ser um espaço onde a crítica do real, sem, no entanto, esquecer que a ideia era levar a alegria do cinema; V- reconhecimento de que a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa estivesse ciente do trabalho que professores e estudantes da UFPB estavam fazendo em parceria com a Escola Municipal Virgínius da Gama e Melo.

O passo seguinte foi visitar a biblioteca escolar para ver a viabilidade de realização das sessões de vídeo naquele recinto e também para observar o modo como o acervo estava organizado e a arrumação do mobiliário. Com vistas a organizar melhor a biblioteca escolar foram sugeridas algumas mudanças que tão logo foram acatadas e viabilizadas.

Cabe aqui ressaltar, como já dito anteriormente, no ano de 2018 havia uma discente de Pedagogia participante do projeto que já havia concluído a graduação em Biblioteconomia; e a própria coordenadora do projeto entre os anos de 2014 e 2015 realizou um curso técnico em Biblioteconomia, que foi oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

A visita à biblioteca proporcionou também a constatação de que aquele espaço não se adequava aos critérios necessários para transformá-la numa sala de exibição de vídeos. Daí que as sessões, assim como no ano anterior, aconteceram na ampla e refrigerada sala de vídeo.

Internamente, a equipe que implementava o projeto definiu um conjunto de procedimentos para serem desenvolvidos em cada sessão. Quais sejam: contar os livros devolvidos pelos alunos, compará-los com o quantitativo de discentes presentes em cada sessão e devolver à responsável pela biblioteca escolar; realizar breve apresentação dos filmes que seriam exibidos; coordenar o debate após cada sessão, com perguntas previamente elaboradas; distribuir fichas de avaliação da ação e dos filmes que seriam respondidas pelos alunos.

A primeira sessão do cineclube aconteceu no fim do mês de abril. Ficou decidido que o tema daquela ação seria “Eu e o meu lugar”. Este lugar não foi abordado apenas como localização geográfica, mas também sob a perspectiva política das atitudes individuais e seus rebatimentos na sociedade e os papéis sociais que homens e mulheres desempenham e mais os prendem que emancipam.



Cartaz da primeira ação cineclubista na EMEF Virgínius da Gama e Melo/2018

Após esta primeira ação e após ter observado que os membros discentes do grupo Lá Li Gibi estavam com dificuldades de se situarem num projeto que já havia construído não

só uma dinâmica, mas também havia acumulado reflexões e experiências. Para contribuir e prestar esclarecimentos acerca do projeto, dois discentes que participaram desde o ano de 2013 até 2017 foram convidados a conversar e fazer relatos das suas experiências.

Isto resultou na nossa reinserção no grupo para apoiar e orientar quando fosse requisitada. Era um momento novo em que nos conscientizamos de que a vivência e as aprendizagens proporcionadas pela nossa participação no projeto haviam desencadeado um processo de amadurecimento pessoal, acadêmico e até mesmo profissional.

Sem dúvida, a atividade cineclubista crescentemente foi conquistando o gosto não só de estudantes, como também de professores, que participavam dos debates. No entanto, esta ação teve um encerramento precoce. A cada mês eram enviados previamente os cartazes de cada ação. Porém, em maio a equipe foi surpreendida com a suspensão da ação porque, segundo um gestor de turno, estava faltando água e os estudantes haviam sido liberados. Descobriu-se depois que tal procedimento aconteceu por uma decisão unilateral do referido gestor.

Em maio, para refletirmos sobre a comemoração do dia da abolição da escravatura no Brasil, adotamos como temática um verso de uma música de Rincón Sapiência (“Se a coisa tá preta a coisa tá boa”), como forma de problematizar a questão negra no Brasil e contribuir para a construção de uma auto imagem positiva da maioria dos alunos e alunas da escola, que eram pessoas negras. Em agosto foi lido um texto sobre o Partido Panteras Negras e o movimento Ku Klux Klan, que ao serem mencionados num clipe concluiu-se sobre a necessidade de explicar o que tais movimentos representaram nos EUA. Mais uma vez a ação foi um sucesso.



Cartaz da ação cineclubista realizada em maio na escola/2018.

No mês de outubro a equipe do projeto foi surpreendida pelo gestor antes mencionado que, mais uma vez, unilateralmente decidiu que outra atividade deveria acontecer na sala onde os filmes eram projetados. Além disso, os equipamentos que eram utilizados para fazer acontecer o cineclubes não foram encontrados inviabilizando a realização da ação. Neste

momento não havia coordenadoras pedagógicas e a gestora geral encontrava-se em reunião de trabalho fora da escola.

Diante da situação a equipe decidiu refletir sobre os processos de resistência e as concepções que permeiam o ambiente escolar, que não partem apenas dos estudantes, mas, principalmente são expressos nas atitudes de muitos educadores. Impossível não evocar a discussão fornecida por Nidelcoff (1975), quando há mais de 40 anos, em um período no qual muitos países da América do Sul, a exemplo da Argentina (país de nascimento da autora em tela) e o Brasil, desenvolvia a categoria “professor-policia”. Segundo ela, “existem mestres para quem tudo está muito bem do jeito que está e para quem os valores e características da sociedade atual não devem mudar devem mesmo ser difundidos” (p.19).

Para tais professores, controle e repressão formam o binômio sobre o qual deve ser erigido todo o processo educativo. E, no caso do projeto que primava por fornecer de maneira lúdica e ao mesmo tempo reflexiva elementos necessários para o estabelecimento da crítica, a saída para os que se opunham a esta orientação foi (e é) o aniquilamento e a humilhação.

De acordo com a coordenadora do projeto, estes tempos atuais já vinham sendo anunciados. E mesmo que vários docentes e gestores discordassem daquelas condutas e concepções de educação, eles não foram efetivos para conter o autoritarismo.



Sessão de Cineclube na escola/2018.

Apesar deste tipo de dificuldade enfrentada pelo grupo, muitos avanços relacionados ao propósito de formar pessoas que têm prazer em ler foram alcançados. Um exemplo é a dinamização da biblioteca escolar que em setembro emprestava tantas obras do seu acervo que a gestão da escola percebeu a necessidade de mobilizar o alunado para se conscientizar sobre a

importância de preservar os livros e gibis. Neste momento a equipe do projeto organizou uma palestra-oficina intitulada “Quem do livro usa do livro cuida”, realizada no interior da biblioteca escolar e abrangeu todas as turmas dos dois turnos da escola.

A ação no Janga (Paulista-PE)

No Janga, a proposta do projeto ‘Lá Li Gibi: biblioteca, leitura e ação cineclubista’ é “dispor de uma estante construída com ripas e caibros e pregada na parede de uma lanchonete muito frequentada por famílias e crianças do bairro” (ROSAS, 2018). De acordo com o projeto, este bairro litorâneo localizado na cidade de Paulista, na Região Metropolitana do Recife, conta com uma população de 44 mil habitantes e nele não há livrarias, praças, cinema ou teatro.

Pela observação direta, a coordenadora percebeu que os clientes da lanchonete esperavam cerca de 30 minutos para terem o lanche nas mesas. Por isso, como forma de estimular a leitura destas pessoas no período de espera foi inaugurada, em junho de 2018, a chamada ‘Estante Ambulante.



Estante Ambulante no Janga/2018.

Esta estante, no primeiro mês tinha um acervo composto apenas por gibis, devido à forma rápida como pode ser usado. No entanto, a cada 15 dias havia (e ainda há) troca de obras e foram incluídas obras literárias, tanto de literatura infantil, como livros de crônicas e poesias.

No mês de junho aconteceu uma sessão de cineclube divulgada em cartazes na própria lanchonete e em redes sociais. E o resultado foi a presença de crianças e adultos que consideraram interessante a iniciativa, que veio suprir um déficit existente no bairro.



Cartaz cineclube na lanchonete/2018.

Presentemente, apesar do projeto ter encerrado as suas atividades na universidade, esta estante continua a funcionar e pessoas levam obras emprestadas para casa. Quanto ao cineclube entendemos que a sua viabilização fora da cidade de João Pessoa é complexa e onerosa. Mas existe uma discussão para sistematizar sessões mensais a partir do mês de agosto de 2019.

A ação em Piranhas-AL

Na cidade de Piranhas foi projetado para o ano de 2018 tanto a Estante Ambulante como o Cineclube Riacho do Navio. Apesar da coordenadora do projeto ter levado, com recursos próprios, 4 discentes para realizar uma visita exploratória, com o interesse de que estes pudessem conhecer os lugares onde já aconteceram ações Lá Li Gibi e participassem do processo de materialização das ações mensais para lá projetadas.

Novamente esta proposta foi inviabilizada pelos custos de deslocamento e alimentação do grupo que ficaria sob a responsabilidade da orientadora. Mas isto não implicou no fim da intervenção naquela localidade.

Como em Piranhas não existem bancas de revistas, livraria ou qualquer outro equipamento de cultura e lazer para a população que lá habita. E diante da dificuldade das pessoas em se informarem, foi instalado um ponto de internet na casa onde está situada a sede física da Biblioteca Popular Riacho do Navio e o acesso é franqueado para qualquer pessoa, transformando um impedimento presencial em uma oportunidade real de acesso à informação.

5. A CONTRIBUIÇÃO DO CINEMA PARA A EDUCAÇÃO

O cinema foi considerado a Sétima Arte após o estabelecimento do "Manifesto das Sete Artes" elaborado por Ricciotto Canudo, em 1911 (cuja publicação, porém, aconteceu em 1923). Esta arte, que sucedeu, respectivamente, a música, a dança, a pintura, a arquitetura e a poesia, foi descrita pelo autor do Manifesto como “a arte plástica em movimento, aquela que consegue congrega todas as outras em uma só” (CANUDO, 1912).

Compreendemos que as artes devem ser consideradas como expressões do homem diante de suas vivências e ideias, carregadas das influências do meio ao qual pertence. Ou seja, a criação artística é, de fato, uma atividade voluntária do homem. Daí aferirmos o conceito de trabalho em sua ação de transformar a natureza e, dialeticamente, transformar o próprio homem.

Como aponta Engels (1896), o trabalho pode ser representado da seguinte forma:

Pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar

vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (n.p).

Assim, o trabalho transformado em arte deve expressar, no mais alto grau da evolução humana, os anseios da sociedade potencializando sua capacidade de comunicação, cooperação, compreensão e modificação da realidade.

De acordo com Mészáros (2006) podemos perceber a arte de maneira sensível quando,

Ao olho um objeto se torna algo diferente do que ao ouvido. A peculiaridade de cada força essencial é precisamente sua essência peculiar, portanto, também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo objetivo-efetivo. Não só no pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo (p.182).

Ou seja, o sentir, o pensar e o fazer estão ligados ao processo de concretização do homem e são condições necessárias à “emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos” (MARX, 2004, p.109).

Diante da explanação acerca da importância da arte para o aperfeiçoamento do homem e, conseqüentemente, do seu meio social, destacamos a relevância do cinema para a educação por sua capacidade de difundir informação e impulsionar a compreensão de mundo sob a ótica artístico-cultural.

Entretanto, Duarte (2002) alega que “o cinema ainda não é visto pelos meios educacionais como fonte de conhecimento” (p.87). E a sua inclusão às práticas pedagógicas representa um desafio.

Para Vygotsky (1998), a incorporação da arte nos processos de aprendizagens possibilita “o mesmo que o conhecimento científico [...], só que por outras vias. A arte difere da ciência apenas pelo método, ou seja, pelo modo de vivenciar” (p. 34).

Deste modo, ao extrapolar o seu caráter estético e recreativo, o cinema, ao interagir com o público, provoca experiências não apenas encantadoras, mas com potencialidades educativas. Tais experiências são possíveis mediante parceria entre escola, poder público e sociedade, de modo geral, para o resgate, projeção e problematização de aspectos relacionados à realidade.

Para além disso, Soares *et al.* (2014) apontam para a necessidade,

De uma legislação que não somente apoie, mas garanta que a experiência com o cinema nas escolas brasileiras pode significar a ampliação da circulação de múltiplas vozes, múltiplos saberes e modos de ser e de compreender o mundo no cotidiano da escola, podendo ainda contribuir para a reinvenção de um currículo que contemple outras performances culturais: saberes e práticas silenciados por uma lógica colonial que insistem em frequentar muitas escolas e seus currículos (p.68).

Diante de tais questões, destacamos a promulgação da Lei de Nº 13.006/14 – a lei do cinema na escola – que obriga todas as escolas de educação básica a exibirem, no mínimo, duas

horas de filmes brasileiros por mês. Ou seja, a efetivação de uma lei que aponte para a divulgação e a circulação de filmes brasileiros dentro das escolas deve ser encarada como uma excelente alternativa para a valorização da diversidade cultural nesses espaços.

Segundo dados da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), divulgados por meio do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), em 2017 foram lançados nos cinemas 463 longas-metragens. Dentre estas obras, 34,6% eram brasileiras, 27,6% estadunidenses e 37,8% de outras nacionalidades.

Os dados conferidos mostram que, além do poder de representatividade, sentido e demonstrado pelo público diante das narrativas que abordam a realidade de cada contexto, a Lei 13.006/2014 contraria a lógica da indústria cinematográfica do país, que consome/comercializa, majoritariamente, produções internacionais.

Logo, esta lei contribui para a construção de uma geração de apreciadores e promotores da sétima arte, uma geração capaz de revolucionar o significado da cinematografia brasileira à medida em que se apresenta como protagonista.

5.1. A LEI 13.006/14

O Projeto de Lei (PL) 185/08, apresentado pelo senador Cristovam Buarque, propôs que fosse acrescentado o parágrafo 8º ao Artigo 26 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Artigo 26 prevê que,

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Muitos foram os debates acerca do PL 185/08 e contaram tanto com o apoio, como com a resistência de representantes do Congresso Nacional. As contestações especulavam sobre se o planejamento deveria integrar-se ao programa da disciplina de Artes, não garantindo a obrigatoriedade de exibição das obras produzidas no Brasil, ou às propostas pedagógicas das escolas de educação básica.

O então senador responsável pela elaboração do projeto destacou a importância de impulsionar o acesso às obras fílmicas nacionais argumentando que as pessoas que não têm acesso às manifestações artístico-culturais perdem a oportunidade de se deslumbrarem com o que é belo. E, afirmou ainda, que,

A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à manutenção da indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema, e o único caminho é a escola (BUARQUE, 2015, p.5).

Além disso, ressaltou o caráter pedagógico destacando que,

A ausência de arte na escola, além de reduzir a formação dos alunos, impede que eles, na vida adulta, sejam usuários dos bens e serviços culturais; tira deles um dos objetivos da educação, que é o deslumbramento com as coisas belas. O cinema é a arte que mais facilidade apresenta para ser levada aos alunos nas escolas. O Brasil precisa de sala de cinema como meio para atender o gosto dos brasileiros pela arte e ao mesmo tempo precisa usar o cinema na escola como instrumento de formação deste gosto. Os jovens que não têm acesso a obras cinematográficas ficam privados de um dos objetivos fundamentais da educação: o desenvolvimento do senso crítico (BUARQUE, 2015. p.5-6.).

Os preceitos que embasaram esta lei geram reflexões sobre o modo como devemos aplicá-la, afinal, além da delimitação da carga horária e nacionalidade, não existem outros critérios que norteiem sua execução. Sobre isso, o autor pondera:

Por mim seria mais de duas horas, mas para ser mais de duas horas teria que ser no horário integral (...) Agora o *modus operandi* eu confesso que não sei direito. Sabendo que tem que fazer isso, e havendo uma certa simpatia de parte dos professores, a escola encontrará o caminho. O MEC já deveria estar comprando audiovisuais, além dos livros. Aí tem que ter um conselho como tem para o livro didático (BUARQUE, 2015, p.7.).

A sanção da lei aconteceu no dia 26 de junho de 2014, quando o Brasil era governado pela então presidente Dilma Rousseff. Entendemos que esta lei marcou um avanço para o resgate, o reconhecimento e a apropriação da cultura audiovisual brasileira e para a otimização dos espaços escolares enquanto difusores da arte.

5.2. BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE CINECLUBISTA NO BRASIL

Os cineclubes eclodiram na primeira metade do século XX, na França, e rapidamente se espalharam para os países da América Latina. A principal característica da atividade cineclubista é a exibição de filmes com o intuito de entreter e promover debates relacionados aos temas apresentados.

De acordo com a Revista Cineclubes Brasil (2003), o “cineclubismo é, antes de tudo, movimento: movimento de gente, de ideias, de imagens e sonhos, de iniciativas e esforços em favor da atividade cinematográfica” (p. 2).

Complementarmente, Gatti (1997) afirma que o cineclube, para autenticar seu exercício, deve “estar legalmente constituído, possuir caráter associativo e conter, nos seus estatutos, como finalidade principal, a divulgação, a pesquisa e o debate do cinema com um todo” (p.128).

Dessa forma, esta ferramenta aprimora o olhar para as coisas sensíveis e a criticidade diante das situações circundantes. Pode ser facilitadora de transformações porque configura, necessariamente, o cinema político: aquele capaz conscientizar e dar voz às pessoas, validando “a afirmação do homem como sujeito, que só pode ser na medida em que, engajando-se na ação transformadora da realidade, opta, decide” (FREIRE, 1980, p. 42-43).

No Brasil, o Chaplin Club é considerado o precursor. Fundado em 1928, na cidade do Rio de Janeiro, foi o pioneiro por construir o primeiro estatuto para definição de normas e ações estáveis, mesmo sem a existência de uma legislação que determinasse.

Na década de 1940 foi criado o Clube de Cinema de São Paulo, que tinha como objetivo principal promover estudos e diálogos sobre o cenário político-social vigente. As sessões aconteciam, predominantemente, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e foram interditadas, em 1941, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado ao governo presidido por Getúlio Vargas.

Tal cineclube atuou clandestinamente até 1946; depois passou a integrar as atividades do Museu de Arte Moderna, contribuindo para a formatação da Cinemateca Brasileira, principal entidade de preservação e divulgação do audiovisual do país.

Nos anos 1950 a cena cultural de todo país já reconhecia e legitimava a atividade cineclubista como expressão artística, política e propulsora de transformação social. Neste período, foram fundados vários órgãos (federações, centros, etc.) para fortalecimento do movimento. O mais importante deles foi o Conselho Nacional de Cinema (CNC), organizador da primeira Jornada Nacional de Cineclubes.

Estas jornadas aconteceram, continuamente, de 1959 a 1989, quando foram barradas pelo Plano Collor. O seu retorno só aconteceu em 2003 e sua última edição, em 2010, delimitando o período de vigência do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estas jornadas representaram a luta e a resistência dos grupos que promovem o audiovisual da forma mais fascinante possível: esta que mobiliza a cultura e coloca o povo no centro do espetáculo.

Como delineia Xavier (2008),

Foram inúmeros – e ainda o são – os Clubes dos Amigos da Sétima Arte [...]. Os cineclubes têm sido, para algumas gerações, o santuário que fez do cinema uma forma privilegiada de recuperar o contato com o mundo, de reconectar com a natureza e com

o que a alienação moderna (a segunda natureza) estaria sonhando à humanidade num cenário de automatização, massificação e empobrecimento da experiência (p.29).

Apenas com criação da Lei Nº 5.536 de 1968, foi deliberado, em seu parágrafo único, que os cineclubes deveriam

Constituir-se sob a forma de sociedade civil, nos termos da legislação em vigor, e aplicar seus recursos, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sendo-lhes vedada a distribuição de lucros, bonificações ou quaisquer vantagens pecuniárias a dirigentes, mantenedores ou associados.

A partir deste momento atestamos que a prática cineclubista foge à ideia mercantil e segue na contramão do sistema global do capital, desempenhando, como classifica Mészáros (2005), “a grande tarefa histórica do nosso tempo” (p.45).

O Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) foi criado em 1976 e vigorou até 1990. Durante sua vigência, foi responsável pela formulação de políticas de estruturação, orientação e fiscalização de toda movimentação cinematográfica no Brasil.

De modo recente, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) publicou a Instrução Normativa de Nº 63, reafirmando a ideia de que,

A regulamentação dos cineclubes brasileiros é fator primordial para disciplinar a atividade cineclubista, restabelecendo a distinção entre sala de exibição comercial e espaço de exibição não comercial, ou seja, sem finalidade lucrativa [...]. Ao regulamentar esta atividade, a ANCINE contribui para equilibrar e desenvolver o funcionamento do mercado audiovisual, pois o movimento cineclubista confere um efeito multiplicador na difusão da cinematografia diversificada e brasileira. (BRASIL, 2007).

Parafraseando Moraes (1941), acreditamos que o cineclubes surge para que não fiquemos asfixiados pela mercantilização que aprisiona as artes. Sobretudo, para ampliarmos a perspectiva de construção de uma sociedade com menos disparidades sociais e mais apreço às coisas belas, mais problematização das questões cotidianas e, fundamentalmente, mais interesse pelo conhecimento.

5.3. O CINECLUBE RIACHO DO NAVIO

Foi com o respaldo da Lei de Nº 13.006/14, que considera a exibição de filmes nacionais como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, incluída através do parágrafo 8 ao artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9394/96, que criamos o denominado Cineclubes Riacho do Navio.

Ao reconhecer a necessidade de acesso das maiorias populacionais à produção artístico-cultural brasileira e, também, ao observar o desconhecimento de expressiva parcela de pessoas

envolvidas com a educação escolar acerca da existência de tal lei, introduzimos o cinema – por meio da prática cineclubista – em escolas e espaços públicos e comunitários.

Isto constituiu uma das atividades da Biblioteca Popular Riacho do Navio (BPRN) que, por meio do projeto Lá Li Gibi, cumpriu a sua função de equipamento disseminador de conhecimento, cultura, entretenimento e convivências, ao extrapolar os seus limites físicos e chegar aos lugares ocupados por pessoas não leitoras.

Como incentivo à prática da leitura, à compreensão e à problematização dos dilemas enfrentados em nossa sociedade, apresentamos o audiovisual como uma alternativa facilitadora, ao dar sentido à ideia de que “a leitura e a escrita se tornam necessárias em função do desejo de ter acesso a outras modalidades de linguagem para participar do mundo” (VYGOTSKY, 1998, p. 10).

Ao pôr em prática o que preconiza a Lei Nº13.006/14, inferimos que a ação cineclubista inaugurada se assenta sobre três pilares, quais sejam: I- a importância do audiovisual como estratégia para promover debate acerca de temas importantes para a compreensão da realidade; II- o reconhecimento do cinema como uma arte que pode estimular o hábito da leitura, quando, pelo encantamento que provoca, lança às pessoas expectadoras o desafio de ampliar o conhecimento sobre os problemas e temas desenvolvidos nos filmes; III- a íntima relação que se pode estabelecer entre cinema e biblioteca (destacadamente, neste caso, a biblioteca escolar e a BPRN), tendo em vista a formação do leitor.

Ao fim das sessões cineclubistas distribuimos questionários avaliativos sobre as atividades realizadas e os filmes apresentados, bem como solicitamos sugestões de temas para a organização da sessão seguinte.

Cabe aqui explicitar que o preenchimento dos questionários não era obrigatório, pois consideramos que já existem muitas imposições às pessoas nos espaços escolares. Dessa forma, propusemos que o questionário deveria ser adotado livremente, a partir das inquietações e percepções provocadas pelos filmes e debates.

Assim, formulamos questões que sondavam sobre: I- o reconhecimento da Lei Nº 13.006/2014 (lei do cinema na escola) e o que achavam dela; II- o gosto sobre os filmes apresentados; III- ideias de temas para as sessões seguintes; IV- como o cinema poderia ajudar na compreensão dos conteúdos escolares e no acesso à cultura. Como ilustra a imagem a seguir:

Imagem – Questionário de Participação

CINECLUBE RIACHO DO NAVIO
João Pessoa, 29/08/2017
Questionário de participação na ação da EMEF Virgínius da Gama e Melo

NOME: <i>Marlene B. Silva</i>	ANO: <i>2017</i>	TURNO: <i>tarde</i>
IDADE: <i>36</i>		

1. Você conhecia a Lei, Nº 13.006? O que achou dela?
não, acabou de conhecer é a lei que obriga os escolas a passarem filmes brasileiro por no mínimo dois horas
2. Você gostou dos filmes? O que mais gostou?
Sim, B.ilha
3. Pode nos dar ideias de temas para a nossa próxima ação?
O alto do conhecimento
4. Como você acha que o cinema pode ajudar na compreensão dos conteúdos escolares e no acesso à cultura?
nos ajuda a ter mais conhecimentos

Fonte: acervo Cineclube Riacho do Navio/ Ano:2017

Para esta amostra, apresentamos o resultado de uma intervenção do cineclube realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Virgínius da Gama e Melo, localizada em João Pessoa/PB. Participaram desta ação 43 alunos matriculados no Ensino Fundamental II e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os dados conferidos apontam que, dos 43 alunos que participaram das sessões: I- 40 se dispuseram a responder o questionário; II- todos desconheciam a lei do cinema na escola; III- 35 a classificaram como “boa” ou “ótima”; IV- 31 sugeriam temas para as sessões seguintes; V- 32 reconheceram que o cinema auxilia na compreensão dos conteúdos escolares e no acesso à cultura.

A partir da aplicação dos questionários constatamos que as pessoas participantes, por unanimidade, não conheciam a Lei 13.006/2014. Ainda assim, todas exaltaram a sua relevância para a complementação dos conteúdos escolares e para a ressignificação da cultura.

Os professores das turmas também participavam das sessões e procuravam estimular a participação dos alunos nos debates. Com os efeitos desta experiência, consideramos que tal ação cineclubista se mostrou uma alternativa pedagógica a ser incorporada nas diversas

disciplinas e um instrumento favorável para que professores, ao mediar práticas educativas, também se eduquem, de modo a acompanhar e transcender as mudanças sociais.

A explicação de Fernandes (1989) sobre esta questão aponta que

É possível relacionar vários problemas e temas que mostram a necessidade de o professor, no seu cotidiano, ter uma consciência política aguçada [...]. Mas ele precisa ter instrumentos intelectuais para ser crítico diante da realidade e para, nessa realidade, desenvolver uma nova prática, que vá além da escola (p. 170).

Para isso, além de dialogarmos com os professores, solicitamos o apoio das equipes pedagógicas das escolas nas quais atuamos. Para que o Cineclube Riacho do Navio desse destaque às temáticas indicadas – presentes no currículo oculto, mas geralmente desprezadas – foi necessário se sobrepor à lógica da escolarização. Isto, de acordo com Gramsci (1982), representa a luta

Contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo (p.130).

De acordo com Silva (2010), o currículo oculto é representado por “aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (p. 78).

Durante o período de efetivação da Lei 13.006/2014 designamos a biblioteca escolar como espaço ideal para acolher as sessões de cinema. Tal escolha foi baseada na concepção de que a biblioteca não deve ser apenas um depósito de livros; mas, sobretudo, um espaço de apoio à cultura, convivências e múltiplos aprendizados.

O manifesto da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca que

A biblioteca escolar propicia informação e ideias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (IFLA/UNESCO, 2005. p.4).

Para relacionar tal missão com a atividade cineclubista, definimos a ‘cobrança’ de ingressos para o acesso às sessões de cinema, condicionando a entrada dos discentes ao empréstimo de algum livro ou história em quadrinhos disponíveis no acervo da biblioteca

escolar. Percebemos que esta prática pôde estimular a frequência à biblioteca e o desenvolvimento do hábito da leitura.

Constatamos, a partir de relatos da professora responsável pela manutenção da biblioteca, que os títulos dos livros mais solicitados também tinham relação com os temas apresentados pelo Cineclube Riacho do Navio. Ou seja, os temas selecionados pelos próprios alunos. Esta intertextualidade pôde ser considerada exitosa à nossa proposta.

Portanto, cabe referenciar Freire (1989) para exaltar que esta articulação entre cinema, biblioteca e leitura desempenha maior força emancipadora quando o efeito do trabalho gera, “fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor” (p.34).

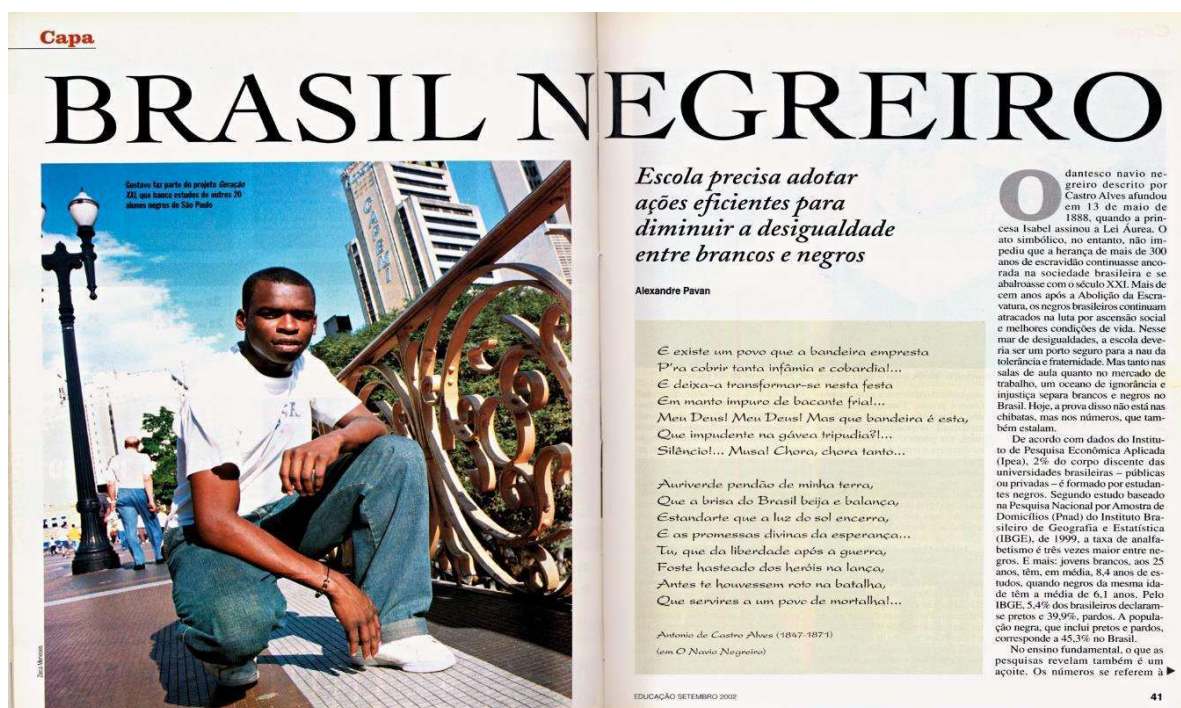
5.4. A LEI 10.639/2003 PARA O INCENTIVO À CULTURA E À LEITURA

A partir da necessidade de elevar o protagonismo da população negra, na qual representa o maior contingente de pessoas analfabetas no Brasil, decidimos colocar a discussão étnico-racial como questão de destaque nas atividades do Cineclube Riacho do Navio.

Para anunciar este cenário, Gorender (2000) indica que “o legado da escravidão se evidencia de maneira gritante e permeia a sociedade brasileira atual” (p.69).

Abaixo, a capa da Revista Educação, lançada em setembro de 2002, ilustra a face do país e alerta para a emergência de ações que reduzam o quadro de desigualdades. Nela se destaca a poesia “O Navio Negreiro”, escrita por Castro Alves – um dos maiores representantes do movimento abolicionista – publicada em 1869.

A poesia utiliza várias figuras de linguagem para denunciar as condições desumanas vividas pelos africanos escravizados na travessia para o Brasil. Uma denúncia carregada de sentimentos nacionalistas e de revolta contra o sistema escravista.



Fonte: Revista Educação: análise das condições de inclusão de jovens negros / Ano:2002

Mesmo após 150 anos das manifestações de Castro Alves, o Estado não conseguiu reverter o racismo estrutural presente em nossa cultura. Cavalleiro e Santos (2005) valida esta afirmação ao declarar que,

Até bem pouco tempo o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, e os brancos pelos mais elevados (p.9).

Apesar de ser o país com maior número de pessoas negras fora da África, o nosso país não eliminou as extremas desigualdades e retém o povo negro, outrora escravizado, às margens subalternas da pirâmide social.

Para Freire (1980),

O homem marginalizado não é um ser “fora de”. É, ao contrário, um ser “no interior de”, em uma estrutura social, em relação de dependência para com os que falsamente chamamos ser autônomos e que, na realidade, são seres inautênticos” (p.74).

Por isso, realizamos atividades que despertassem o debate antirracista e a desconstrução de paradigmas arraigados às práticas habituais do povo brasileiro. Para que fosse possível assumir este posicionamento, buscamos meios legais, que objetivassem – por vias da educação, arte e cultura – acelerar a reparação de danos causados a este grupo populacional.

Portanto, aplicamos a Lei nº 10.639/2003, que representa um marco histórico para a educação no Brasil ao estabelecer “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003).

Utilizamos o cinema para sua aplicação e exprimimos este compromisso por acreditar na possibilidade de reinventar uma sociedade mais justa e humanizada. Sob este mote, o Cineclube Riacho do Navio adentrou as escolas públicas e levou produções fílmicas com esta abordagem.

Imagem - Sessão Cineclubista



Fonte: Acervo do projeto Lá Li Gibi/ 2017.

Para dar significado a esta proposta, pensamos na afirmação de Freire (1980), que, de forma sensível e eloquente, descreve que

Os alunos, mais que receber uma informação a propósito disto ou daquilo, analisam os aspectos de sua própria experiência existencial representada na codificação. Em todas as fases da decodificação, os homens revelam sua visão de mundo. Conforme a maneira como eles veem o mundo e como o abordam – de modo fatalista, estático ou dinâmico – podem-se encontrar seus temas geradores. Um grupo que não expressa concretamente temas geradores sugere, ao contrário, um tema trágico: o tema do silêncio [...]. Procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e a sua ação sobre esta realidade que está na práxis (p.32).

Portanto, buscamos a abordagem dinâmica, na qual os alunos assumiam uma postura ativa e definiam os temas geradores. Isto na tentativa de auxiliar no desenvolvimento da consciência crítica que, só adquire sentido, ao compreender e contestar a realidade.

O quadro abaixo mostra alguns títulos de curtas metragens – formato escolhido por favorecer o tempo estipulados para cada ação e por assegurar a atenção dos alunos durante às sessões – que foram assistidos e debatidos nas escolas:

Quadro I – Curtas Metragens Exibidos

FILME	DIREÇÃO	ANO	LOCAL DE PRODUÇÃO
10 Centavos	César Fernando de Oliveira	2007	Salvador/BA
A Ilha	Alê Camargo	2008	Brasília/DF
Calango –Lengo: morte e vida sem ver água	Fernando Miller	2008	São Paulo/SP
Calango	Alê Camargo	2007	Brasília/DF
O Moleque	Ari Candido	2004	São Paulo/SP
Picolé, Pintinho e Pipa	Gustavo Melo	2006	Rio de Janeiro/RJ
Vida Maria	Márcio Ramos	2006	Fortaleza/CE
Satélite	Marcelo Zimmermann	2009	Salvador/BA
O Cego	Erê Moraes Teixeira, Matheus Longo e outros	2014	João Pessoa/PB

Fonte: autora/ 2019.

Estes filmes abordaram temas diversos como: analfabetismo, racismo, sexualidade, o problema da seca na região nordeste, violência contra a mulher, pobreza, urbanização, globalização, alcoolismo, etc. E todos, transversalmente, são protagonizados e/ou situam o negro em posições de destaque.

Por valorizar a arte, a cultura, a identidade do povo brasileiro e resgatar a importância da biblioteca para formação de pessoas leitoras, alçamos um voo auspicioso. Isto porque, essencialmente, os sujeitos delinearam o percurso do trabalho realizado.

A função da educação e da cultura para fortalecer uma sociedade conscientizada e menos desigual, como afirma Freire (1980), “não é falar sobre como construir a ideia libertadora, mas convidar os homens a captar com seu espírito a verdade de sua própria realidade” (p.91).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta experiência reflete sobre a importância de ressignificação do papel da biblioteca para a população brasileira. Ao analisar o perfil do público leitor no Brasil e comparar com dados coletados por meio dos questionários utilizados em intervenções da nossa pesquisa, identificamos que, embora pouco frequentada, a biblioteca é reconhecida como equipamento de transformação e interação social.

A biblioteca deve se comprometer com a dinamização de seu acervo e com a criação de alternativas capazes de despertar o interesse do público pela leitura. Logo, precisa estar em permanente processo de atualização para cumprir sua função de agente cultural, garantindo momentos prazerosos através da arte em suas múltiplas facetas.

Dar vida à biblioteca e extrair seu suprasumo – o gosto pela leitura – através do cinema pode ser fascinante. À 7ª arte é delegada a função de disseminação de conhecimentos e entretenimento, entretanto, no espaço escolar o cinema promove a problematização das temáticas que tratam da realidade.

O reconhecimento a ação cineclubista neste contexto facilita no processo de desescolarização da leitura, considerando que os temas abordados nesta ação fazem parte do cotidiano (extraescolar) dos sujeitos. A implementação da lei do cinema na escola – Lei 13.006/2014 – deixa de ser apenas uma expressão de entretenimento e passa a ser considerada uma alternativa que envolve muitas subjetividades, mas se adequa àquele perfil retórico-dialógica presente na essência cineclubista.

Ler, imaginar, compreender, criar, emancipar e transformar são pontes de acesso ao conhecimento, à conscientização dos sujeitos. A formação de potenciais leitores traça caminhos/sociedades menos desiguais e, conseqüentemente, mais justas.

7. REFERÊNCIAS

1. BALÇA, A; SOUZA; R. J. Políticas públicas de leitura em Portugal e Brasil: novos caminhos, velhos problemas. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 371-379, set./dez. 2012.
2. BERNARDINO, M. C. R; SUALDEN, E. J. O **papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011.
3. BIBLIOTECA POPULAR RIACHO DO NAVIO. **Quem somos**. Disponível em: <https://bpriachodonavio.blogspot.com/2015/12/quem-somos.html>. Acesso em: 16/04/2019.
4. BRASIL. Agência Nacional de Cinema. **Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro**. Brasília, DF, 2017.
5. BRASIL. **Lei de nº 12.244**, de 24 de maio de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.
6. BRASIL. **Lei de nº 13.006**, de 26 de junho de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.
7. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012>.
8. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. LEI 10.639/2003: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira' e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: . Acesso em: 11 jan. 2014.

9. CANÔNICA, Volnei. **A biblioteca** – um barulho necessário de dentro para fora. Retratos da leitura no Brasil 4. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. p.74-82. Disponível em:<http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FI_NAL_COM_CAPA.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.
10. CANÔNICA, Volnei. Publishnews. **Por que os governos nunca abraçaram as bibliotecas?** 2017. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2017/01/24/por-que-os-governos-nunca-abracaram-as-bibliotecas>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
11. CANUDO, Ricciotto. Superinteressante. 2013. **Se o cinema é a sétima arte, quais são as outras?.** Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/se-o-cinema-e-a-setima-arte-quais-sao-as-outras/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
12. CAVALLEIRO, E.; SANTOS, S.A. dos (Org.). 2005. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Coleção Educação para Todos).
13. CESARINO, M. A. (Org.). **Bibliotecas públicas municipais:** orientações básicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.
14. COMENIUS, 1529-1607. Didática Magna; aparelho crítico: Marta Fattori. tradução de Ivone Castilho Beneditti. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (Paidéia).
15. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A descoberta do Rio São Francisco.** Belo Horizonte, 06/08/2014. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-descoberta-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 10/04/2019.
16. DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed. 2002, 128p.
17. ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1896. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_09.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.
18. FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
19. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/gibi>>. Acesso em: 16 Oct. 2017.

20. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. ed. 23. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
21. FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. ed. 3. São Paulo: Moraes, 1980.
22. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
23. FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1997. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Professorasimtiano.pdf>. Acesso em: 04/04/2019.
24. FUNDAÇÃO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 4 fev. 2017.
25. GATTI, André. Cineclube. In: RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Org). Enciclopédia do cinema brasileiro. São Paulo: Editora Senac, p.128, 1997.
26. GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
27. GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
28. HILA, Cláudia Valéria Doná. **Ressignificando a aula de leitura a partir dos gêneros textuais**. In: NASCIMENTO, E.L. (Org.). Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino. 1.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2009.
29. KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/Edusp, 1980.
30. LOURENÇO FILHO, M. B., Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, 100: 25-272, out./dez. 1965.
31. LOVETRO, José Alberto. **Quadrinhos – a linguagem completa**. Comunicação e Educação. São Paulo, jan./abr.1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36141/38861>. Acesso em: 26 out.2015.
32. MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

33. MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
34. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo editorial, 2004.
35. MÉSÁROS, István. **A educação para além do capital**; tradução de Isa Tavares. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
36. NETO, João Cabral de Melo. **Tecendo a manhã**. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/2080760>. Acesso em: 04/04/2019.
37. NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 2014.
38. OLIVEIRA, Yan Philipe Barbosa de. **Entre quadros**: a oficina de produção de histórias em quadrinhos construída durante o projeto de extensão lá li gibi e a promoção da igualdade racial. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCTA, 2016 (trabalho de conclusão de curso).
39. PEREIRA, M. V. **Retratos da leitura no Brasil 4** / organização de Zoara. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
40. POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial**. Rio – São Paulo: ABC, 2005.
41. REVISTA CINECLUBE BRASIL, São Paulo: semestral, nº 1, novembro, 2003.
42. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ROSAS, Judy M. Gueiros. **Lá li gibi**: construindo conclusões. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/ Pró-Reitoria de Graduação/ PROLICEN, 2017. (projeto)
43. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Projeto catalogação do acervo da Biblioteca Popular Riacho do Navio**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2013. Relatório final. Disponível em: http://sigproj.ufrrj.br/relatorio/imprimir.php?relatorio_id=44310&projeto_id=156103&tipo=1&modo=14#. Acesso em: 04/04/2019.
44. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Projeto lá li gibi e a promoção da igualdade racial**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2015. (projeto de extensão). Disponível em: http://sigproj.ufrrj.br/projetos/imprimir.php?modalidade=0&projeto_id=205247&local=home&modo=1&original=1. Acesso em: 13/04/2019.
45. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Projeto Lá Li Gibi**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2014. (projeto de extensão) Disponível em: http://sigproj.ufrrj.br/projetos/imprimir.php?modalidade=0&projeto_id=162950&local=home&modo=1&original=1. Acesso em: 05/04/2019.
46. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Projeto Lá Li Gibi**: biblioteca, leitura e ação cineclubista. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2019. (relatório final de projeto de extensão –

- PROBEX). Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/extensao/RelatorioAcaoExtensao/lista.jsf>. Acesso em: 11/02/2019.
47. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Projeto lá li gibi: construindo conclusões**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2017. (projeto Programa de licenciaturas – PROLICEN).
 48. ROSAS, Judy M. Gueiros. **Estímulo à leitura e ressignificação do papel da biblioteca no projeto lá li gibi**. João Pessoa: A autora, 2015. 12p.
 49. ROSAS, Judy Mauria Gueiros. **Projeto lá li gibi e a promoção da igualdade racial**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CE, 2016. (relatório final de projeto). Disponível em: http://sigproj.ufpb.br/relatorio/imprimir.php?relatorio_id=64193&projeto_id=205247&tipo=1&modo=14. Acesso em: 13/04/2019.
 50. SADER, E.; SOUZA, A. N. Carta Capital. **O que a escola de hoje herdou da ditadura militar**. 2014. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/nao-se-fez%E2%80%A8tabula-rasa/>. Acesso em: 10 mai. 2019.
 51. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
 52. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Dados das bibliotecas públicas no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>. Acesso em: 05/04/2019.
 53. SOARES, Magda Becker. In: ZILBERMAN, Regina. SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura e Perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 2.ed., 1991.
 54. SOARES, Maria da Conceição Silva et al. Como na faculdade de educação da UERJ estamos praticandopensando cinema e o significado da Lei nº 13.006/2014. **Cinema e Educação: a lei 13.006: reflexões, perspectivas e propostas**. Rio de Janeiro: Universo, 2014.
 55. SOARES, Magda, **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. ed. 4. 128. p.
 56. SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias. Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul/dez 2006.
 57. Souza, D. P. Nova Escola. **As taxas de analfabetismo ainda são altas no Brasil?**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12398/as-taxas-de-analfabetismo-ainda-sao-altas-no-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2019.
 58. TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

59. VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
60. XAVIER, Ismail. **Um cinema que educa é um cinema que nos faz pensar**. Revista Educação e Realidade, v. 33, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2008.